VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Sessão Ordinária de 16 de janeiro de 2026

Ata nº 6

Aos **dezasseis** dias do mês de **janeiro** de **20265**, pelas **21** horas e **10** minutos, teve lugar a 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 21 de novembro de 2025, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Artur Santos Castro Campos Rangel. Constituíram ainda a Mesa, o 1º Secretário Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, e a 2ª Secretária Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Capacho Vila Real, Álvaro Almeida dos Santos, Ana Clara Nobre Durana, Ângela Eugénia Ferreira de Pinho, António Fernando dos Santos Rocha, Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira, Beatriz Castro Pinto, Carla Isabel Argueles de Cáceres, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Faustino Tavares de Sousa, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, Hugo José Silveira da Silva Pereira, Inês Sofia Oliveira Alves, Jéssica Silva Soares, Joana Cristina Côrte Ferreira, Joaquim Moreira Barbosa, Liane Mazzer, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, Mário João Oliveira Almeida Duarte, Marta Cristina Pereira Marques, Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira e Rúben David da Silva Pinto. --

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Alfredo José Ribeiro da Rocha, Ana Luísa de Oliveira Ferreira, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo, Eduardo José Moreira de Matos, Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo, Eduardo José Moreira de Matos, Fábio Emanuel Sá Rocha Oliveira Pinto, Fernando Constantino Augusto Ramos, Fernando Ferreira da Silva Duarte, Gustavo Leite Gama, Joaquim António Dias Tavares, Jorge Filipe Gomes Castro, José António Soares Ribeiro, Luís António Neto Castro de Oliveira, Manuel António Coutinho Ferreirinha, Manuel Joaquim de Sousa Félix, Manuel Jorge Moreira da Silva, Manuel José Dias Oliveira Gama, Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, Pedro Miguel Barbosa Moreira, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Sara Raquel Rodrigues Magalhães, Sérgio Francisco dos Santos Baptista e Vasco António de Castro Bezerra. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: André Filipe Dias Tavares, substituído por Ricardo Filipe Mesquita Sequeira, Daniel Fernando Almeida Moreira Couto, Adriana Emília Amaral Costa, Diogo Filipe Prada da Silva, Inês Maria Rodrigues Brandão e Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por José Manuel Teixeira Cardoso. ----

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: António Arlindo Monteiro Pinto, que foi substituído por Elsa Alexandra Martins Ramos. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Firmino Jorge Anjos Pereira, e os senhores

Vereadores: Elizabete Cristina Cardoso da Silva, António Fernando da Silva Rodrigues Machado, João Paulo Moreira Correia, Maria Jose Guerra Gamboa Campos, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Delmino Albano Magalhães Pereira e António Fernando de Sousa Barbosa. -

Faltou a senhora Vereadora Carla Maria Rodrigues Costa.----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, referiu que antes mesmo de dar início à Ordem de Trabalhos, na reunião preparatória, de hoje, ficou acertada a grelha que depois será incorporada no novo Regimento. A grelha base e que é uma grelha de 60 minutos, nas quais os grupos do PSD e do PS têm 11 minutos e 30, o CH 5 minutos, IL e CDS-PP 4 minutos cada, LIVRE e CDU 3 minutos cada e a Câmara Municipal tem 18 minutos. Na Reunião, teremos dois momentos, um que aplicaremos uma grelha de 90 minutos, multiplicada por 1,5 para a discussão do orçamento e depois para todos os outros pontos teremos os restantes 90 minutos. Houve unanimidade na aceitação desta grelha que decorreu de várias propostas, de vários grupos que devidamente harmonizadas, levaram a este número. Portanto, na sessão de hoje, nós o que temos nesta quarta reunião da Sessão ordinária de 21 de novembro, é justamente esta grelha que será usada.----------

3.29. da Ordem de Trabalhos **"Discussão e Votação da Ata nº 2 de 21 de novembro de 2025** ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 2 de 21 de novembro de 2025. ------

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os(as) Srs.(as) Deputados(as): Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias, Ricardo Filipe Mesquita Sequeira, Beatriz Castro Pinto, Carla Isabel Argueles de Cáceres, Inês Maria Rodrigues Brandão, Mário João Oliveira Almeida Duarte. Elsa Alexandra Martins Ramos e Jorge Filipe Gomes Castro.--

3.30. da Ordem de Trabalhos **"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento e Opções do Plano para o ano 2026".** ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes umas breves notas sobre este primeiro Plano e Orçamento, condicionado por algumas questões que não são estritamente ou fundamentalmente financeiras, mas sim por se ter feito e estar-se a desenvolver um trabalho de casa que tem a ver com o diagnóstico da situação do município sobre os problemas que se colocam para se conseguir uma gestão mais eficaz para atingir os objetivos a que nos propusemos nos nossos compromissos eleitorais. Matérias como a questão dos transportes públicos, ~~a questão~~ da alta velocidade ferroviária com todos os condicionantes que terá no município nos próximos quatro anos se houver alta velocidade ferroviária. Repercussões em termos daquilo que é o atingimento que uma obra destas sempre tem, naquilo que são situações que têm a ver com a propriedade dos cidadãos individuais e das empresas instaladas, mas também no que tem a ver com o normal funcionamento do município do ponto de vista da sua economia, do ponto de vista de eixos fundamentais que têm a ver com a sua mobilidade, com a qualidade de vida dos cidadãos. Em relação a estes três itens, disse, que em relação aos transportes, os gaienses não estão satisfeitos com os transportes públicos que têm, com

exceção do Metro, embora quiséssemos que a linha que ainda está em construção andasse mais depressa e causasse menos distúrbios ao funcionamento quotidiano do município, mas é fundamentalmente em relação à rede de transportes rodoviários públicos que existe desde quase um primeiro momento em que o novo modelo passou a ser desenvolvido, existe uma situação de insatisfação por parte dos munícipes A lei permite que a gestão seja feita pela Empresa Metropolitana de Transportes, mas permite também que cada município assuma a responsabilidade de gerir os seus próprios transportes. A nossa posição será discutir com todos, mas tendencialmente, neste momento, não inclinamos para assumir essa responsabilidade no futuro. Em relação à alta velocidade, preocupamo-nos fundamentalmente com questões de ordem geral, que foi negociar o mais possível de quilómetros de linha enterrada em Gaia e aqui o ponto a que chegámos, o ponto que partimos ainda antes das eleições, era de dezenas de casas, mesmo centenas de casas demolidas nas freguesias do concelho, de comprometimento bastante agressivo de algumas atividades económicas em algumas freguesias, nomeadamente em Vilar do Paraíso e quando chegámos a um ponto de dar opinião, nós já tínhamos conseguido a garantia de que o comboio seria enterrado em cinco das sete freguesias de Vila Nova de Gaia e nas duas onde não seria enterrado, que a negociação que estava mais ou menos fechada e tinha a ver já com uma minimização bastante substantiva de casas e principalmente de atividades económicas atingidas. A segunda questão tinha a ver com o facto de termos alertado para que a solução de uma ponte única com dois tabuleiros, que era uma má solução. Não irá tomar partido, mas disse uma coisa que é importante e que era muito importante que para que os cidadãos em geral e os interventores políticos em particular, emitirem-se alguma opinião rigorosa, conhecessem o essencial daquilo que está em causa. E, por exemplo, a estação em Santo Ovídio significa que, não é que se condicione, é que se feche, feche completamente Santo Ovídio durante quatro anos, que o acesso ao hospital fique vedado, que sejam demolidas 40 casas em Conceição Fernandes. Esperemos que quando agora for aberto um novo debate público e obrigatório, que seja aberto, faça a posição que a APA tomou, que não apareça ninguém a perguntar se a APA está de acordo com 200 camiões de terra por dia a circular em Vila Nova de Gaia durante quatro anos, entre outras questões. Portanto, espera que seja daqui a umas semanas sendo necessário emitirmos a opinião, que todos conheçamos isto para não falarmos sobre coisas que são poéticas, mas que não têm a ver com a realidade. Em relação à terceira questão, isto tem a ver com medidas de transparência, a transmissão direta das nossas reuniões da Assembleia Municipal e a concretização daqui a duas ou três semanas, do acesso de todos os cidadãos instantaneamente aos seus processos de urbanismo, através de uma senha própria que lhes é concedida, conhecendo ao dia onde estão os seus processos, quem os tem na mão, o que é que está decidido e tendo o direito de protestar por atrasos ou por insuficiências daquilo que lá está vertido e finalmente, daqui a uns 15 dias, três semanas, dependerá das disponibilidades também do senhor Presidente da Assembleia Municipal para marcar uma reunião lá para antes ou depois do Carnaval. No próximo organigrama da Câmara, o Departamento Municipal, de que neste momento é um Departamento Municipal de Assuntos Jurídicos, passará a dignidade de direção municipal e terá um departamento especificamente virado para a auditoria e para a transparência. Há muitas outras medidas, mas cinjo-me àquelas que estão neste momento em vias de concretização, deixando uma síntese das medidas. Sem prejuízo, se houver possibilidade lá para diante, poder responder a algumas questões, pois teria um enormíssimo prazer em responder a matérias por exemplo, como o Gaia 65. ----------

Senhora Deputada Ana Clara Nobre Durana (PSD) disse tratar-se de um documento exigente, que não foge às escolhas que têm de ser feitas e é precisamente por isso que merece uma análise séria, clara e frontal. O documento define de forma clara, prioridades para o futuro próximo, desde logo para o primeiro trimestre de 2026 e apresenta o Plano Estratégico de Ação para os três últimos trimestres do ano. Há objetivos, há calendário e há uma linha de orientação política bem marcada. ~~E~~ importante dizê-lo porque um orçamento não é apenas um conjunto de números, é uma escolha política e aqui as escolhas estão explicadas. No Plano de Atividades de 2026, a área do desenvolvimento económico e a atração de investimento é particularmente reveladora. São

mais de 30 medidas estruturadas que apontam para um município mais inovador, mais competitivo e mais bem preparado para o que aí vem. Estamos a falar de um município que quer crescer com inteligência, fixar talento e afirmar-se como território de referência a nível nacional. Há ainda um ponto que raramente ocupa o centro do debate, mas que é decisivo para que tudo o resto funcione, a administração geral e é uma administração mais eficaz ao serviço dos gaienses. Na área da transparência, a diferença é igualmente clara. No Orçamento de 2026, a transparência deixa de ser um princípio genérico e passa a estar traduzido em medidas concretas e identificadas. Estão previstas, entre outras iniciativas, o reforço do acesso digital aos serviços, a criação do Portal da Transparência, a entrada em funcionamento do Provedor do Munícipe Importa ainda sublinhar um dado essencialmente para compreender este Orçamento. O anterior executivo deixou para 2026 um ano orçamental sem margem de manobra, com cerca de 380 milhões € em compromissos assumidos que condicionam fortemente as opções disponíveis neste exercício. E é neste contexto que este orçamento é construído, não sobre folgas artificiais, mas sobre encargos reais assumidos com clareza e serenidade. Este orçamento reflete as promessas feitas em campanha eleitoral e cumpre aquilo que foi assumido perante os gaienses, sem criar ilusões nem defraudar a confiança de quem acreditou neste projeto. Exige, isso sim, uma gestão prudente e consciente, porque o crescimento da receita sem critério não cria desenvolvimento sustentável. A habitação é hoje uma das maiores preocupações dos gaienses e este orçamento não o ignora. Assume-a como prioridade pública, integrada numa estratégia mais ampla de ordenamento do território, reabilitação urbana e resposta às necessidades reais das famílias. Este Orçamento assume também um compromisso claro com o ordenamento do território. Licenciamento mais célere, com rigor legal, fiscalização exigente das ilegalidades e a revisão do Plano Diretor Municipal até ao final do Verão de 2026. Na área dos transportes, importa também ser clara, há um exemplo concreto herdado no anterior executivo, que ajuda a perceber a diferença entre intenções políticas e o rigor na execução das políticas públicas. No caso do Viver Gaia. mais de 65, a referência que faço não é um ataque à ação social, é um exemplo de falta de rigor na área dos transportes, assentes num mau contrato com encargos elevados para o município. Quando as opções não são claras e os números não são transparentes, abre-se espaço ao favorecimento, à arbitrariedade e ao clientelismo. Mais importante do que enumerar projetos é compreender a lógica que os sustenta. Esta mudança de rumo resulta de uma liderança com visão, estratégia e capacidade de decidir e pensar a médio e longo prazo. E é por isso que este orçamento permite também perceber a diferença entre aquilo que ficou por executar no passado e aquilo que hoje se assume com clareza estruturante para o futuro do município. Este Orçamento afirma Gaia como município com ambição Nacional que não foge às decisões e que sabe aonde quer chegar. ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) disse que análise do Grupo Municipal é como sempre serena, responsável e livre de preconceitos ideológicos. É inegável que este orçamento contém sinais positivos. Uma orientação que se afasta do crescimento descontrolado da despesa corrente e da tendência para o aumento sistemático da carga fiscal. Contudo, reconhecer aspetos positivos não significa ignorar fragilidades. Precisamente por existirem fragilidades relevantes que não podem deixar de expressar reservas. A aposta no investimento é, sem dúvida, um elemento central deste orçamento. Habitação acessível, equipamentos públicos, escolas, saúde, mobilidade e desporto são áreas essenciais para a qualidade de vida dos gaienses. Mas falta a este documento aquilo que consideram indispensável, maior clareza no calendário, maior detalhe na execução prevista e garantias mais sólidas de que os investimentos anunciados não ficarão apenas no papel. Continuaremos a acompanhar de perto a execução, a fiscalizar cada compromisso, exigir rigor, eficiência e respeito absoluto pelo dinheiro dos contribuintes. Governar bem não é apenas escrever bons documentos, é cumpri-los com seriedade, transparência e resultados concretos para os gaienses conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, uma vez que o Grupo Municipal do PSD cede dois minutos ao executivo camarário, deu a palavra ao senhor Presidente.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes obrigado pela tolerância dos outros partidos também. Apenas duas informações que considera importante veicular. Gaia 65 e acrescenta uma informação, os estudos técnicos que fizemos e depois, se houver possibilidade, serão explicados, permitirão que o número de utentes de Gaia 65, no mínimo, em relação ao ano passado, possa duplicar para um terço do preço. Será essa uma decisão da Câmara a curto prazo. Segunda informação, tem a ver com um pedido que faço ao sr. Presidente para adiarmos para a próxima Assembleia Municipal a votação do Orçamento das Águas de Gaia. Porque esta última semana, em trabalho com a administração das Águas de Gaia, conseguimos uma negociação com a SIM Douro e com a SulDouro, que nos permite uma folga de mais de 3.500.000 € de poupança, o que significa uma decisão que altera pressupostos desse orçamento e que são uma boa notícia para os gaienses. Em Gaia, 60.000 gaiense verão uma descida substancial da taxa de resíduos sólidos na ordem, no mínimo, dos 5 a 10 euros por agregado familiar.----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, pediu que depois se fizesse a transferência de tempos de forma que ficasse claro que foi uma cedência do PSD, embora também tenha aqui a informação de que o PSD, o tempo remanescente será para o senhor Presidente da Câmara. ----------

Senhor Deputado Álvaro Almeida dos Santos (PS) antes de mais, desejou a todos um bom ano de 2026. O PS de Vila Nova de Gaia, pautado pelo seu histórico de compromisso com os Gaienses e com sentido de responsabilidade, analisou o Plano e Orçamento para 2026, apresentado pela coligação PSD/CDS/IL. Embora a postura institucional do PS não se paute pelo bloqueio da gestão do nosso concelho, este documento não conta com o nosso aval político, pois revela uma profunda falta de arrojo e uma preocupação excessiva com a cosmética em detrimento da substância. Trata-se de um documento que evidencia um preocupante retrocesso nas áreas social e cultural, enquanto procura apropriar-se de investimentos cuja génese pertence anteriores executivos socialistas. Importa repor a verdade histórica quanto à narrativa do investimento que a atual coligação procura veicular e das obras em curso. A esmagadora maioria das grandes intervenções anunciadas como marca deste executivo resulta do planeamento, candidaturas, projetos e decisões tomadas pelos anteriores executivos do PS e que deixaram um caminho preparado e uma estratégia clara para o desenvolvimento do concelho. Cerca de 20% deste Orçamento, cerca de 60 milhões €, provêm de fundos europeus do PRR ou do PT 20/30 conquistados pela gestão socialista. Na Saúde lamentam o abandono da segunda fase da requalificação do hospital e o desvanecer da promessa eleitoral das 4000 novas habitações públicas até 2029, quando apenas se indica a possibilidade a equacionar de novos fogos sociais. O PS considera inaceitável o corte de 25% nos apoios diretos aos clubes desportivos, comprometendo a formação dos nossos jovens. Igualmente grave é o retrocesso no Cartão Andante Municipal para os maiores de 65 anos e já aqui também foi referido pelo senhor Presidente da Câmara. Torna-se incompreensível que, enquanto o Porto, liderado pelas mesmas forças políticas, avança com a gratuitidade dos transportes para idosos, Gaia escolha exatamente o caminho da exclusão e do corte social. Em conclusão, a abstenção do PS é um sinal político claro. Não bloqueiam o município, mas não podem caucionar um Orçamento que consideram insuficiente, que não responde aos desafios reais do concelho, em particular nos domínios social e cultural. Entendemos que o Executivo deverá finalmente apresentar soluções reais para os problemas e desafios que Gaia enfrenta.--------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) o Grupo Municipal da IL reconhece que, em virtude da má gestão dos executivos anteriores, este é um Orçamento e Plano possível e não o ideal. Em todo o caso, fica satisfeito por ver incluídas várias medidas do programa eleitoral que foi sufragado o ano passado,

que irão melhorar a vida dos gaienses. Além destas, o Grupo Municipal da IL gostaria de sugerir as seguintes medidas que contribuirão para maior vivência quotidiana em Gaia e irão melhorar a qualidade daqueles que escolheram viver na nossa cidade. Note-se que estas são medidas que estão naturalmente abertas à discussão e à melhoria. Sobre transparência, reconhecem a vontade do Executivo em tornar a gestão autárquica mais transparente e que as medidas propostas são um bom passo nesse sentido. O Grupo Municipal da IL gostaria de adicionar, além das medidas já apresentadas, a elaboração do Código de Conduta para os eleitos, tal como proposto no programa e a divulgação em portal online, próprio das despesas operacionais da Câmara Municipal. No que diz respeito ao desenvolvimento económico e à atração de investimento, gostaríamos de sugerir a possibilidade de explorar aumento das fontes de receita como por exemplo, o aumento das receitas via propriedade intelectual, rentabilizando a marca Gaia, como acontece no Porto. Incentivar também a atração de empresas de venture capital e propriedade intelectual para os polos de inovação empresarial. Sobre mobilidade urbana, bem, creio que aqui o principal conselho é o senhor e o senhor Presidente já o implementou não repetir programas ineficazes e perdulários como o Viver Gaia 65, que representa não um apoio social, mas sim o desperdício de dinheiro público. O programa, já agora, não está anulado, está suspenso para melhorar, no sentido de tornar mais eficaz e para evitar que os cidadãos tirem o passe. Deixou ainda, diversos esclarecimentos do entendimento da IL relativamente ao ponto em discussão.----------

Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP) relativamente a este Orçamento e opções do Plano para o ano de 2026, disse que um orçamento é uma ferramenta de gestão, um manifesto de intenções, pelo que a apreciação política, na sua opinião, se deva centrar nas opções da despesa e do investimento que o Executivo se propõe a seguir. Qual a importância e quais as prioridades, sabendo de antemão que os recursos são sempre escassos. Salienta que este é o primeiro orçamento deste ciclo autárquico de quatro anos, pelo que nunca conseguirá prever nem cabimentar tudo o que se quer fazer nesses mesmos quatro anos. Este orçamento e opções do plano é o nosso, do PSD, do CDS-PP e da IL e ser com muito gosto que nele vê plasmado o programa eleitoral desta coligação. É representativo e expressa as preocupações e as opções evidenciadas nesse mesmo programa que foi escolhido e que foi o mais votado pelos gaienses nas últimas eleições autárquicas. Ainda de realçar que este executivo tem pouco mais de dois meses de trabalho, começando de novo e com apenas cinco vereadores. Disse ficar muito satisfeito por ver plasmado neste Orçamento as seguintes prioridades na gestão do nosso concelho. Um investimento na aquisição de bens de capital 121,7 milhões €, que representa a maior fatia do orçamento, 37,02% do total. É aqui que se encontra plasmada a prioridade dada à habitação, em que a aposta tem de ser forte, pois estamos com 12 anos de atraso. Destacou o investimento na educação. Destacou o investimento na saúde, destaco o investimento na Segurança Na mobilidade urbana, transportes públicos e na construção de novos arruamentos, na economia e no turismo, na digitalização dos serviços e na honestidade e na transparência dos processos. Ou seja, tudo aquilo que não tivemos nos últimos 12 anos, conforme documento em anexo **(vide anexo 2)** ----------

Senhora Deputada Beatriz Castro Pinto (CDU) disse, que a mudança da conjuntura que se operou nas eleições de 12 de outubro, com o fim da maioria absoluta de um só partido e uma vitória estreita da coligação PSD-CDS, IL, permitiu a alguns alimentar expectativas sobre a ocorrência de diferenças face ao passado. Contudo, o que têm assistido é quase uma cópia invertida do que se passou há 12 anos, enquanto a nova maioria e anterior se entretém em acusações mútuas, os problemas estruturais de Vila Nova de Gaia continuam à espera. Da leitura deste documento ficam alguns aspetos que entendemos relevantes. Anunciam-se novidades, mas apontando a sua concretização para um futuro indefinido e deixando para o ano, o ano em curso apenas o trivial e corrente. Anunciam-se, como habitualmente, obras nas escolas, mas depois têm sempre sido adiadas. No que respeita aos transportes, em particular ao flagelo dos autocarros, remete-se a questão da Autoridade Metropolitana e fica-se por aí. Os sinais apontam para um regresso ao passado e não para avançar

de uma solução de longo prazo à escala metropolitana. Assegura-se que o programa Viver Mais 65 está a ser reavaliado enquanto se criam objetivamente dificuldades imediatas e reais para milhares de beneficiários, muitos deles dependentes deste apoio e sem informação prévia e clara, gerou, como seria de prever, inquietação legítima na população que contava com este apoio na organização do seu futuro próximo. Anuncia-se a habitação social e a custos controlados, mas deslocando-a para longe da cidade, uma prática cujos efeitos prejudiciais são evidentes e comprovados. Pretende-se continuar o esforço na manutenção e reabilitação ou construção integral de vários centros de saúde. Investimento integralmente suportado pelo Município, no caso do Centro de Saúde dos Carvalhos, mas continua-se a não prever a reabertura dos SASU, dos Carvalhos e de Soares dos Reis. O que este orçamento é, sobretudo a geometria das votações que o sustentam revelam, é uma profunda continuidade económica nas opções de fundo. Para lá da discussão paralela a verdadeira oposição é o verdadeiro debate estão aqui, nesta Assembleia onde se decidem os problemas da vida das pessoas. E é só essa a discussão, e é para isso que podem contar com a CDU conforme documento em anexo **(vide anexo 3)**. ----------

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (Livre) um orçamento é mais do que um mero instrumento financeiro contabilístico. A principal palavra aqui são as opções. E é por isso que um orçamento é baseado em opções. Para quem acreditava que haveria uma grande revolução, uma transformação em Vila Nova de Gaia, fica um pouco surpreendido quando o que era proclamado afinal, bom, chegamos a uma casa e mudamos os cortinados. Até podem concordar com alguns critérios que haja, por exemplo, na definição do apoio a um passe social, sem dúvida, podemos discordar nos critérios, mas acreditamos que há critérios que fazem sentido, pese embora eu tendo a achar que serviço público deve ser tendencialmente universal. Ainda assim acreditamos que não se termina abruptamente um projeto e se substitui por nada, pelo menos durante um tempo. E por isso mesmo, acreditávamos que enquanto não se definissem esses critérios, enquanto não se criasse um projeto novo, talvez fizesse sentido a manutenção do atual caderno. Quanto à UNIR, ficamos agradavelmente surpreendidos com o que ouvimos e esperamos que haja mais informação doravante para também termos o seguimento desse projeto. E quanto à linha de alta velocidade? Bom, há cerca de um mês e meio apresentámos aqui um projeto, uma moção sobre a linha de alta velocidade que definia a estação em Vila Nova de Gaia, que exortava a Câmara a fazer pressão junto do consórcio para que a estação ficasse em santo ovídeo. Bom, foi rejeitado, mas a APA Agência Portuguesa do Ambiente, deve ter lido essa moção porque é quase ipsis verbis o que vem a dizer depois. O LIVRE, apresentou em sede de direito à oposição mais de 20 propostas concretas em vários eixos, na habitação, por exemplo, mapear ruínas. Na mobilidade, mapear todas as paragens de autocarro que existem no nosso concelho e ver se tem um banco, resguardos e horários em papel. Do ponto de vista da economia, bolsas para investigação de mestrados e doutoramentos com empresas do concelho para projetos de relevância para o concelho do ponto de vista da ecologia. A questão do bio resíduos. Da transparência, também apresentámos algumas propostas, nomeadamente as reuniões do Executivo, também serem transmitidas em direto. E, consciente do estado razoável das contas do município, que não era calamitoso, mas também não era de abundância. Nós continuaremos sempre a apresentar propostas e não vamos esperar pelo orçamento do próximo ano para apresentar propostas. Vamos apresentar propostas já na próxima Assembleia Municipal. E por isso fica aqui o nosso compromisso que nós continuaremos sempre a apresentar propostas ao longo deste ano e estamos disponíveis para encontrar as melhores soluções para os gaienses.----------

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, disse que neste momento tem tempo disponível, o Grupo Municipal do PS, Grupo Municipal do CH e, tem o executivo municipal cedido pelo PSD, o tempo remanescente. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, não é propriamente uma matéria central de plano e Orçamento, mas que se tem falado sobre eventuais alterações nos centros de saúde de Crestuma e de Olival, dizer que após reunião de trabalho com a Direção do Centro Hospitalar Gaia/Espinho, está completamente decidido, fora de questão que alguma vez encerre o Centro de Saúde de Crestuma, vai ser renovado e mantém-se e também foi decidido que se irá apostar numa ampliação substantiva e qualitativa do Centro de Saúde de Olival. ----------

Senhora Deputada Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira (PS) relativamente à revisão do Plano Diretor Municipal, é imperativo concluir a revisão do PDM em 2026, fechando um longo processo e de estudos concebidos pelos técnicos da GAIAURB, com o contributo especializado de reconhecidos consultores importa, neste contexto, por isso, evocar a memória do engenheiro António Babo, responsável, em conjunto com o arquiteto Nuno Portas, pelo plano de modernização da rede viária concelhia desde o PDM de 94. Ambos falecidos recentemente, a melhor homenagem que lhes poderá ser prestada será a concretização efetiva da rede viária municipal projetada e o prolongamento da rede de metro para Sul. Esperemos por isso, que seja assegurada a participação dos cidadãos e em particular desta Assembleia Municipal, através da criação de um grupo de trabalho dedicado envolvendo as Juntas e Assembleias de Freguesia e a sociedade civil. O PDM, mais do que uma mera carta de uso de solo, deve ser um instrumento com uma clara estratégia de desenvolvimento sustentada de planeamento e de ordenamento equilibrado e inteligente do território concelhio. O PDM deve inventariar, proteger e valorizar os recursos endógenos, naturais, ambientais, culturais e patrimoniais, sem perder de vista a sua integração na Área Metropolitana do Porto e a necessária articulação com os concelhos vizinhos nos domínios infraestruturais e sectoriais, em especial nos transportes e acessibilidades, complementando as redes metropolitanas da UNIR e STCP com redes locais de modos suaves e na linha de alta velocidade. Importa que o PDM considere a Estação de Gaia como um impulso e oportunidade de estruturação urbana do território. O PDM deve considerar a concretização de uma política de habitação municipal, criando estímulos à iniciativa privada na habitação acessível para a classe média, resolvendo constrangimentos urbanísticos nas áreas rurais abandonadas. Por último, o PDM deve promover e tornar mais competitivas as áreas empresariais existentes, através da melhoria dos transportes públicos, dos acessos e das ligações à rede viária principal, bem como na criação de condições favoráveis à fixação de novas empresas assentes na inovação e na criação de emprego. ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) quero aproveitar o tempo que nos resta para abordar três temas distintos ligados por um eixo comum. Segurança, proteção das populações e responsabilidade do poder público perante funções essenciais do Estado e do território, começando pela GNR. Em Vila Nova de Gaia, continuamos a ter infraestruturas da GNR em estado profundamente degradado, indigno dos profissionais que ali trabalham e das populações que servem, deixando os devidos exemplos. O CH entende que a segurança não pode continuar a funcionar em regime de remendos. Apelam para que o Município, dentro das suas competências e capacidade de influência institucional, desenvolva todos os esforços possíveis junto do governo para acelerar a construção de novos quartéis de GNR em Gaia. O CH defende que o município deve continuar e, sempre que possível, reforçar o apoio financeiro e operacional às corporações de bombeiros de Gaia. Apoiar os bombeiros não é uma despesa, é um investimento direto na segurança e na vida humana. Esperam que estas preocupações sejam consideradas e que o município esteja disponível para liderar, articular e agir em nome dos gaienses, conforme documento em anexo (**vide anexo 4**).

Senhora Deputada Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva (PS) na sua intervenção focou a Unidade Local de Saúde Gaia Espinho como a principal referência hospitalar do concelho e assume um papel central na resposta à população. Uma política de saúde equilibrada exige coerência em toda a cadeia de cuidados. Não

faz sentido reforçar a base do sistema e deixar por concluir o pilar central. É por isso difícil compreender que o orçamento municipal para 2026 não preveja a continuidade à requalificação do hospital estimado em 200 milhões €, nem a sua elevação ao Hospital Universitário, um passo que significaria mais investimento, mais inovação e melhores cuidados. Recorda que a primeira fase foi iniciada no mandato anterior, com planeamento, financiamento e execução assegurados pelo Partido Socialista. Foi assim que conseguimos uma nova urgência, uma nova unidade de urgência pediátrica, uma nova unidade de cuidados intensivos, uma nova maternidade, uma nova unidade de neuro críticos, uma nova unidade de psiquiatria e um heliporto. A segunda fase não era uma promessa vaga, era uma necessidade identificada e um objetivo claro para garantir condições de trabalho aos profissionais e uma melhor resposta aos nossos utentes. A sua ausência no Orçamento não é um lapso técnico, não é um detalhe administrativo, é uma escolha política com consequências operacionais. ----------

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) disse que executivo municipal apresentou uma proposta para aumentar em 20% a taxa de participação no IRS. O PS votou contra. Posta à discussão, PSD e CDS esgrimiram um chorrilho de argumentos, invocando a gestão do anterior executivo para justificar a medida inevitável. Apesar disso, não convenceram e, perante a ameaça de chumbo da própria proposta, o senhor Presidente pediu um intervalo. Em 15 minutos surgiu uma reformulação. A proposta viria a ser retirada com vista a manter a taxa, tal como praticada pelo anterior executivo. Resultado, a taxa foi mantida sem aumento, confirmando que existia uma alternativa à proposta de agravamento inicial, conforme o PS sempre havia afirmado. No IMI, a atualização de coeficiente de valorização patrimonial tributário estima aumentos entre 3 a 10% desta receita. Podia ser aproveitado e convertido num alívio fiscal às famílias. Não foi, não vai ser. Fica, portanto, demonstrado que as opções deste executivo em matéria fiscal não são financeiras, são políticas. Aceita-se, pois claro. Mas então assumam-nos. Assumam-se. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, pede desculpe e refere que quem conduz os trabalhos é ele e não a senhora deputada, ninguém estava a incomodar, sendo natural que haja algum burburinho na sala. Não se vai agora ficar aqui, todos ofendidos. Não, é natural que haja alguma conversa. Se a senhora deputada começar a falar, a conversa acaba. ----------

Senhora Deputada Mónica Alexandra da Silva Almeida (PS) Senhor Presidente, não me tinha dito para iniciar, portanto, também aguardei a sua indicação já que conduz os trabalhos.----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, peço desculpa, irei interromper os trabalhos só para dizer à senhora deputada, deu indicação, por sinal, mas não vamos entrar em diálogo. Eu agradecia que o presidente ainda se preservava desse tipo de atitudes. Agradecia isso, faz favor ----------

Senhora Deputada Mónica Alexandra da Silva Almeida (PS) a promessa de uma solução consensualizada para a UNIR, até ao final do ano passado não foi cumprida. Agora, ouvimos no início da Assembleia o senhor Presidente a dar algumas explicações, algumas superficiais, e a empurrar a solução já para o final de 2026. Relembra que esta era uma das mais urgentes problemáticas apresentadas pelos munícipes, durante toda a campanha. O PS mantém a sua posição. A solução passa pela substituição do operador, que já provou ser incapaz de cumprir o contrato que assinou com o Estado após ter vencido um concurso público internacional. Os incumprimentos sucessivos legitimam a rescisão contratual com o atual operador, que deve ocorrer quando já estiver garantida, obviamente, uma alternativa capaz de servir Gaia com um serviço de qualidade. Relativamente ao Gaia + 65, o corte do apoio ao Cartão Andante Municipal Terceira Idade Viver Gaia + 65, representou um retrocesso inaceitável no acesso ao transporte público e coletivo e um duro golpe nas políticas

sociais. Decisão esta tomada em contradição, por exemplo, com a Câmara Municipal do Porto, liderada pelos mesmos partidos, que anunciou recentemente a generalização da gratuitidade do Andante. O presidente da Câmara Municipal de Gaia cortou de forma abrupta o apoio municipal a este passe, alegando ser insustentável uma decisão destituída de sensibilidade social e sem informar previamente os beneficiários, porque subitamente, cerca de 9000 subscritores do Cartão Andante Municipal Terceira idade ficaram desprotegidos de um apoio essencial para grande parte desses mesmos utilizadores e que incentivava a utilização do transporte público e fomentava a mobilidade no concelho. Se queria melhorar o projeto, senhor presidente, não precisava de o suspender, precisava de implementar as alterações necessárias sem prejudicar quem mais precisava dele. ----------

Senhora Deputada Liane Mazzer (PS) relativamente ao desporto, como já referido, a maioria PSD, CDS, IL e CH, fez um corte cego de 25% no apoio direto aos clubes desportivos, o que inevitavelmente comprometerá a atividade e a formação desportiva. Um sinal errado e imerecido ao desporto gaiense, além da ausência de uma estratégia de planeamento e desenvolvimento, revela falta de compromisso e ambição para o setor. O apoio aos clubes não pode ser encarado como gordura ou despesa supérflua. O desporto é o pilar do Estado social, promove a saúde, incute princípios e valores e promove territórios e comunidades. Nos últimos anos foram construídas diversas infraestruturas desportivas, como os pavilhões Carlos Resende, Fernando Gomes e Nelson Mandela. No próximo ano serão concluídos os pavilhões de Olival, Vilar do Paraíso, São Félix da Marinha e a requalificação da piscina de Maravedi. Essas obras e a conquista da Capital Mundial do Desporto 2028 para Gaia, em conjunto com o município do Porto, são frutos do planeamento e decisões tomadas na gestão anterior, sendo improcedente a alegação no orçamento que essas obras fazem parte de metas de investimento da gestão atual. ----------

Senhora Deputada Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa (PS) estamos aqui a analisar um documento que se reveste de extrema importância para o nosso concelho e diz daquilo que será a gestão camarária deste executivo. E por isso lembramos que um dos problemas que mais preocupa os gaienses e foi promessa eleitoral da atual governação, é baixar as tarifas da água. Olhando para o Plano e Orçamento não se vislumbra como e quando haverá uma descida da fatura da água. Lembra também que a fatura da água é composta por três tarifários, água, saneamento e resíduos, se em relação ao tarifário da água, a Câmara Municipal tem compensado as águas de Gaia pelo não aumento da tarifa através das transferências financeiras para a empresa municipal, os tarifários do saneamento e dos resíduos estão amarrados a contratos celebrados pela Câmara Municipal na primeira década deste século. Acrescentamos ainda que a lei impede que as águas de Gaia, limite os aumentos dos tarifários do saneamento e dos resíduos determinados pela entidade reguladora, ou seja, nestes tarifários não pode haver lugar à compensação. A adesão de Vila Nova de Gaia ao Sistema Multimunicipal da SIMDouro, em 2009, transferiu para esta empresa o sistema de saneamento e as nossas ETARs. Foi uma forma de injetar dinheiro nas Águas de Gaia, que enfrentava uma situação financeira muito difícil, mas, condenou a empresa a um encargo anual de cerca de 12 milhões €. Em 2010, a Câmara Municipal passou para as Águas de Gaia o contrato com a Suma, logo, passou as águas de Gaia, uma dívida acumulada superior a 20 milhões €, que obrigou a empresa a recorrer a um sindicato bancário para liquidar um passivo oriundo da má gestão da Câmara. Não é possível discutir a fatura de água sem pôr em cima da mesa as decisões erradas e as limitações legais que conduziram aos valores atuais. Estamos na altura de avançar. Recordo que esta é das principais reivindicações dos gaienses. ----------

Senhora Deputada Carla Isabel Argueles de Cáceres (PS) disse ser necessário repor aqui a verdade política quando se olha para este Orçamento e percebemos que muitas das suas obras resultam da visão, planeamento e ação dos executivos anteriores do PS e que não têm o devido reconhecimento. Enumero apenas algumas

porque outras já foram faladas como Centro de Saúde dos Carvalhos, a reabilitação da Avenida Vasco da Gama em Arcozelo, os projetos de habitação pública de renda acessível em Pedroso, Mafamude, Madalena e Grijó, reabilitação da Praceta 25 de Abril, entre outros, a linha de Metro Rubi, entre outros. Posto isto, é importante dizer que tudo foi possível pelas boas contas e equilíbrio financeiro e visão deixadas pelo PS. Cerca de 20% deste orçamento deriva do PRR e PT 20/30 para escolas e centros de saúde e habilitação acessível. Salientamos que há mais de uma década que os fundos europeus não financiavam investimentos rodoviários e equipamento desportivo, mas mesmo assim, os níveis de apoio a fundos europeus conquistados nos últimos anos colocaram a Vila Nova de Gaia num dos melhores exemplos do país. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) faço intervenção muito rapidamente, apenas fazer o corolário desta gestão. Vários deputados do PS explicaram as várias razões pelas quais não suportamos este orçamento. Acima de tudo, é importante percebermos uma coisa, tivemos durante estes meses um discurso relativamente difuso entre uma situação financeira absolutamente caótica e desastrosa e, ao mesmo tempo, uma grande limitação da capacidade de investimento. Aquilo que verificamos é que o investimento que está projetado é, de facto, o investimento do PS e, portanto, a dificuldade que temos é acima de tudo, perceber a incapacidade de dar respostas a um conjunto de problemas que foram identificados e bem, quer pelo PS quer pelo PSD em campanha eleitoral, mas que infelizmente este Orçamento não dá resposta. Aliás, podia em jeito de remate, verificar-se até na questão que tem insistido sobre o assunto, o aumento do número de funcionários da Câmara Municipal, que aqui disseram cerca de 2000, fora o quadro de descentralização de competências. O município com uma dimensão de Vila Nova de Gaia, como terceiro maior município do país, tem obviamente de fazer investimentos de vária ordem, entre os quais no pessoal. Aliás, vamos ver um problema em concreto, a grande ambição do senhor Presidente da Câmara Municipal era de 4000 habitações desconhece se foi da perda do vice-presidente, que era o especialista que vinha resolver o problema da habitação, mas de facto a ambição foi estar cá muito pouco tempo e, portanto, obviamente que nós ficamos contentes que executem o quase investimento do Partido Socialista. Só não ficamos contentes que lhes faltem as respostas em tudo o resto que não dependa de nós. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, agora passarei a palavra ao senhor Presidente da Câmara para concluirmos o debate sobre o Orçamento do Estado ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes disse que o Senhor deputado tinha 36 segundo e falou um minuto e meio, pode então falar cinco minutos, não é senhor presidente?

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, não pode mesmo, porque este tempo já é excedido pelo Grupo Municipal do PSD.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes então comecemos. Uma senhora deputada falou do PDM ser rapidamente revisto. Será revisto até ao final do verão. Muito mais rapidamente que os dez anos que os senhores andaram para rever porque tiveram em 2015, 2025 para o fazer. Em relação, às VL's nem vale a pena falar. Os senhores, com a vossa maioria, votaram aqui nesta Assembleia a que acabassem as VL's, as medidas preventivas. Podia se construir prédios, tudo em cima das VL's. Em relação às ETARs e à concessão das ETARs, a senhora deputada que falou sobre isto devia saber que, a SimDouro, que retirou pela benevolência da Câmara a gestão das ETARs à Câmara, onerando a Câmara hoje em cerca de 9 milhões € ano que nós vamos reduzir a 2 ou 3, foi um governo socialista que nos pediu solidariedade para poder haver saneamento em Castelo de Paiva, em Resende, em Cinfães e nos municípios do interior, senão lá, que aliás era gerido por câmaras liderados pelas vossas maiorias, andaria o esgoto ainda hoje pelo chão. Em

relação ao hospital. Bem, isso demonstra bem em que lua os senhores, estão na lua de Saturno. Uma Câmara Municipal dar 200 milhões € para uma obra do hospital realmente é extraordinário. Era o orçamento da Câmara todo e fechávamos e nem sequer havia nem fazíamos reuniões da Assembleia Municipal e não tínhamos de ouvir observações desse género. Gaia + 65, a senhora deputada que falou de Gaia + 65, se quiser tem aqui e leva. E até era bom que aquela câmara ampliasse. O que os senhores aprovaram está aqui, 2500 idosos, com direito ao Gaia + 65. 2500 dos 80.000 de Gaia. Os senhores mentiram aos idosos de Gaia e continuam a mentir. E não é por dizer uma mentira, muitas vezes, que ela passa a ser verdade, porque não é. Está aqui. Se quiser, levo os protocolos para casa, leia-os e não volte a falar disso mais nenhuma vez. É uma fraude que estavam a fazer aos idosos de Gaia, uma fraude. Está-se a rir? Olhe que os idosos não estão a rir, não, não. Mas, olhe, vão se rir quando, por um quarto do dinheiro que os senhores gastaram nós irmos financiar 20.000 idosos em Gaia. Nessa altura é que eles se vão rir e vão ver a fraude. Mas porque é que a senhora diz isso? Quer discutir comigo? Eu dou-lhe a oportunidade. Diga lá se não são 2500. Eu dou-lhe a oportunidade, dou-lhe o meu tempo. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, não a senhora deputada não pode intervir. A senhora deputada, se quiser e se entender que foi ofendida na sua honra, etc., tem figuras para utilizar, não pode entrar em diálogo e não vai entrar. O Senhor Vereador, não tem direito à palavra. O Senhor Vereador não é membro da Assembleia Municipal, mas ao contrário dos deputados. Pode usar a palavra quando tenha direito a ela. Os senhores deputados têm de se comportar de acordo com as regras próprias e têm de ouvir, assim como os deputados do PS aqui, fizeram uma crítica acerba ao executivo atual e as pessoas tiveram uma postura urbana, quando alguém nos responde é assim que tem de se comportar. Acho que é a democracia. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, respondendo ao senhor deputado do CH, estamos muito preocupados com a segurança e estamos neste momento a dialogar com o governo para resolver os problemas de Arcozelo e para resolver o problema de Canelas. E já vamos a investir agora 600.000 € na renovação de Avintes. Quanto à Aguda, tem toda a razão, embora tenha de haver uma comparticipação do Estado, mas merece que nós nos empenhemos nesse tipo de ideias, nesse tipo de projeto. Para terminar, os senhores deputados do Partido Socialista falaram várias vezes da obra que deixam para estes quatro anos. Deixam duas piscinas, dois pavilhões. Olhe, por tanto esforço não conseguem atingir os 20 pavilhões e piscinas que nós construímos. Mas há uma diferença essencial é que quem vai pagar estas obras seremos nós, não são os senhores. E com a receita que geramos e fazemos crescer durante os nossos anos de mandato, seremos nós que vamos pagar. Os senhores estão a falar da obra como se agora fossem pagar a obra que estivessem a governar na mesma. Não estão e não estarão nos próximos 12 anos. Habituem-se à ideia. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, terminamos a fase relativa ao orçamento. Entraríamos nos restantes pontos da ordem do dia. Temos um valor coletivo de tempos equivalente ao que tínhamos para o Orçamento, portanto 90 minutos a serem geridos livremente por cada grupo. Isto será a fase que aí está. Antes mesmo dela, temos atualmente de culminar a nossa discussão do Orçamento com a sua votação. Antes, se assim o pretende, pode fazer a defesa da honra. ----------

Defesa da Honra Senhora Deputada Mónica Alexandra da Silva Almeida (PS) as 2500 pessoas que diz que estavam contratualizados é normal, quando se faz um contrato e não estava a adesão que vai existir. Não é que o senhor tenha de fazer uma estimativa e eu estou. Eu estou a tentar chegar onde irá chegar porque disseram que menti. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, mas então deve começar por aí. Porque é que pediu a defesa da honra? Não é começar a debater o tema substantivo. Porque se assim for tira-lhe a palavra, a senhora Deputada não disse porque é que pediu a defesa da honra ----------

Defesa da Honra Senhora Deputada Mónica Alexandra da Silva Almeida (PS) pediu defesa da honra porque disseram que mentiu. O senhor presidente disse que tinha mentido. Senhor presidente, é assim, se atualmente existem 9000 pessoas, ou seja, subscritores deste passe, é um sinal de que os gaienses gostaram dessa medida e que ainda há mais procura. E é assim que tem de ser. O contrato terá de crescer, tem de haver atualizações àquilo que são as medidas. E em relação àquilo que se passou aqui o senhor Presidente em dirigir-se a mim e a dizer que não posso responder. Senhor Presidente, não pode criticar pela minha reação à ação que foi feita. Eu falei aqui, dei a minha opinião. O senhor Presidente dirigiu se forma agressiva a mim enquanto eu estava sentada no meu lugar, foi isso que aconteceu e reagiu, portanto, não pode chamar a atenção só a mim. ---------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, referiu que a senhora Deputada ultrapassou os limites do aceitável. Pode não gostar, mas vai ouvir. E eu não quero que os deputados façam isso. Seja do Partido Socialista, seja do CH, seja do PSD, seja do CDS ou da Iniciativa Liberal do Livre ou da CDU. Todos são tratados por igual. Mais, não só são tratados por igual, como nos tempos são todos tratados por igual. E, ao senhor vereador (dirigindo-se ao Senhor vereador João Paulo Correia), eu pedi-lhe que se acalmasse. Tem de estar calmo, porque o sr. Vereador não faz parte do grupo parlamentar do seu partido. O grupo parlamentar, se tiver alguma coisa a dizer, diz. Não precisa de alguém que o substitua. Muito menos alguém que faz parte do Executivo e por isso não é parte da Assembleia Municipal. Há uma coisa que tem de aprender: o seu lugar é no Executivo. Sendo executivo, não é parlamentar. Ponto final. Faça a defesa da honra----------

Com a devida autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o Senhor Vereador João Paulo Moreira Correia, na sua intervenção pediu a defesa da honra para repor a verdade dos factos e aquilo que tem de ser o registo da conduta do Presidente da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como disse, dirigindo-se às bancadas no início da intervenção da Senhora Deputada Mónica Almeida, que os apartes são permitidos e são toleráveis. Nessa altura quem estava aqui a protagonizar os apartes eram alguns Vereadores e alguns Deputados Municipais, mas até de uma forma bem-humorada. Depois, quando já não gostou do à parte do Vereador João Paulo Correia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, vem dizer que afinal nós que aqui estamos, Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, não fazemos parte da Assembleia Municipal. Foi isso que o senhor disse. Ora, quem está a acompanhar a transmissão remotamente, porque quem está aqui certamente que sabe que os vereadores, a Câmara faz parte desta Assembleia Municipal, participa na dinâmica política e no debate da Assembleia Municipal. Que um vereador, seja ele da oposição, ou seja, o senhor Presidente da Câmara, tem direito obviamente a fazer à parte e a terminar a palavra. Como Vereador, tem direito a usar da palavra para a defesa da honra, como estou a fazer agora. Como também quando, senhor presidente da Câmara, passe a palavra como já o fez. Eu só gostaria muito que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quando se dirigisse à senhora Deputada Mónica Almeida, como fez há pouco, o fizesse com urbanidade, com calma e com a mesma voz que se dirige aos outros deputados, o que não aconteceu. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse não perder mais tempo com senhor vereador, contudo há uma coisa que lhe dirá, é totalmente falso a descrição que fez, não falou em apartes nenhuns. Disse, estar a haver algum burburinho na sala. Estavam a falar e, portanto, senhor deputado, ou senhor vereador, desculpe, chamo-lhe deputado porque se está a comportar como tal, que não é a sua função. Repete que não vai ensinar também qual é a orgânica de uma Assembleia Municipal e qual é o papel do Executivo. Portanto, aquilo que

lhe digo é o seguinte a sua interpretação está incorreta e eu não vou deixar de fazer valer a minha visão sobre aquilo que é o papel do Executivo no contexto de uma Assembleia Municipal. Não pode travestir-se de Deputado quando é Vereador. Dito isto, vamos passar para a votação porque já estão terminados todos os pedidos de defesa da honra. Os senhores têm tempo mais que suficiente para fazer valerem os argumentos. Se querem usar os pedidos da honra para prolongar discussões artificiais, prolongam. É uma forma de fazer política. Lamentável, mas é, apesar de tudo, tolerável dentro do espírito daquilo que são as assembleias municipais e a sua forma de estar.----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.30. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL, 03 do CDS-PP) 02 votos contra (01 do LIVRE e 01 da CDU) e 26 abstenções (22 do PS e 04 do CH).----------

Declaração de Voto do LIVRE, conforme documento em anexo (**vide anexo nº 5**) ----------

3.31. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Mapa de Pessoal para o ano 2026". ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) o Grupo Municipal da IL em relação a este assunto, considera que a proposta do Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão essencial para a gestão orgânica da Câmara e, por isso, merece uma análise e reflexão cuidadas. Apesar de reconhecerem que a proposta apresentada não inclui ou faz nenhuma alteração em relação ao ano anterior, apelam a que se faça agora uma reflexão sobre como se pode reformar a administração pública local e, consequentemente, como se recruta, promove e valoriza a progressão das pessoas ao serviço do município de Vila Nova de Gaia. Os custos com pessoal representam atualmente 28,5% das despesas correntes. Creem que haverá uma oportunidade de poupança para o município, sobretudo com as clientelas Obedientes que todos nós já ouvimos falar e que são mencionadas claramente no orçamento e plano. De igual modo, apelam a clientelas obedientes vindas do passado. De igual modo, apelam a um maior equilíbrio e eficiência na razão entre o número de funcionários operacionais em contacto direto com as populações e o número de quadros técnicos superiores que sabem que é um equilíbrio que não existe no momento e que não serve, portanto, os interesses dos gaienses. Note-se que esta redução sustentável da despesa com pessoal que propõe não passa por cortes cegos, mas sim por medidas como modernização administrativa, digitalização de processos, automatização de tarefas, maior rigor, flexibilidade e atratividade nos processos de contratação. Aqui também gostariam de salientar a necessidade na estratégia de contratação, valorizar mais a competência e o mérito, particularmente na definição de perfis para cargos de dirigentes e técnicos superiores, marcando um corte vincado com o passado recente. Nos cargos de dirigentes superiores, os perfis deveriam ser mais bem definidos no sentido de premiar e recrutar a pessoa mais competente para a função, da qual resultará, obviamente, uma maior qualidade do serviço para os cidadãos de Gaia. Nos técnicos superiores, entendem que não basta exigir a licenciatura, é essencial definir critérios por área funcional para atrair os melhores profissionais de cada domínio e incentivar talento qualificado a contribuir para a melhoria dos serviços. Conclui reafirmando o compromisso com o mérito, com

a competência daqueles que servem os cidadãos de Vila Nova de Gaia, colocando sempre os melhores ao serviço dos cidadãos.----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS disse não pretender intervir neste ponto, mas esta intervenção do senhor deputado da IL obriga a isso. Citando ipsis verbis, o escrito do sr. Presidente da Câmara Municipal na proposta do Orçamento, podem discordar sobre a gestão do quadro de pessoal da Câmara Municipal, sobre as opções, sobre quais devem ser os perfis, quais devem ser as nomeações, e desse ponto de vista, o senhor Deputado está tão preocupado com o mérito e a qualidade das opções que sugere que investigue bem as nomeações que têm sido feitas pelo executivo. Acima de tudo, acha que têm de ter um mínimo respeito, institucional e o mínimo respeito pelas pessoas. Não se podem referir às pessoas que são contratadas para o quadro de pessoal da Câmara Municipal, como clientelas obedientes. E temos de ter algum respeito mínimo pelas pessoas que são contratadas em processos públicos e transparentes de concurso, aprovados previamente na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal. Podemos, mais uma vez, discordar sobre as opções de gestão, mas foram aquelas que foram aprovadas. Não nos podemos referir às pessoas dessa forma, não podemos desrespeitar os trabalhadores da Câmara Municipal. Lançar sobre todos eles um anátema e referirmo-nos a eles como clientelas obedientes. O que quer dizer isso, senhor deputado? Clientelas obedientes? O senhor deputado está assim tão radicalizado nesse ideário neoliberal que não é liberal, que é outra coisa, que acha que tem de haver uma relação de patronato em que os subordinados devem ser clientelas obedientes. Ou tem alguma suspeita fundada? Os funcionários municipais não merecem essa desqualificação. Esta Assembleia Municipal não merece essa justificação. E uma das coisas que eu lamento profundamente na aprovação das opções do plano que acabámos de fazer é precisamente a legitimação que os senhores deputados da maioria fizeram ao sufragar também esses considerandos. A forma como se referem a pessoas que honestamente ganham o seu dinheiro trabalhando para a Câmara Municipal para responder às necessidades da Câmara Municipal, essa não é a forma que nos referimos às pessoas. Acham que o quadro de pessoal deve ser diferente? Força! Apresentem isso. Agora, não enxovalham as pessoas nem transformemos ser funcionário da Câmara Municipal de Gaia, que deve ser um motivo de orgulho, num insulto, que é isso que os senhores deputados estão a fazer.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, relativamente a esta matéria, e à questão de fundo que agora o senhor deputado referiu, realça uma coisa, na intervenção inicial e a maior parte das intervenções, ao contrário do que aconteceu 12 anos nesta Assembleia, em que todos os dias, todas as reuniões, a maioria anterior era massacrada e particularmente eu, como não era com adjetivos, muitas vezes era com insultos. O único momento em que foi um pouco mais duro com a senhora deputada relativamente ao programa Gaia +65, tem a ver em considerar uma enorme irresponsabilidade que se aprove a meio do ano e se diga que a previsão é pagar a 21500 idosos, é uma irresponsabilidade e, portanto, aí exasperou-se. Em relação a esta questão, a esta matéria, há vários diretores municipais que eram diretores municipais da maioria anterior em direções municipais vitais, Direção Municipal de Administração Geral Direção, que tem o património que tem a gestão do pessoal, Direção Municipal Financeira, Direção Municipal de Segurança, portanto, não perseguimos ninguém. Nós avaliamos o mérito e é verdade que no passado, há 12 anos, passou uma trituradora por cima das direções municipais. Quando se coloca alguém que é praticamente o Papa a norte da política de ambiente em Portugal, chamado Nuno Oliveira, quase como porteiro do Museu da Afurada, isso é *bullying* político, coisa que nunca fizemos nem faremos. Quanto à questão que acha ser substantiva e é a mais importante, a política de recrutamento de recursos humanos, como algumas intervenções já focaram, deve ter em linha de conta os objetivos estratégicos de uma governação. Aquilo que criticamos, mas nem criticou nem ia falar sobre este assunto, é que houve uma grande panóplia de contratações, enorme panóplia de contratações apontando para quadros superiores muito mais caros e

normalmente de especialidades que não vê o objetivo, não significando que as pessoas não possam ser convertidas e aproveitada. Hoje nós temos uma carência real, por exemplo, de administrativos, e temos uma carência real, embora não quiséssemos ampliá-la de uma forma abusiva, de quadros operários para as obras e para determinado tipo de serviços. Quando conseguirmos diminuir por reformas ou por qualquer outra circunstância, o número de trabalhadores e diminuir os custos Recursos humanos, então vamos pensar em fazer admissões e aí apostando muito em setores que estamos carenciados, que são o setor dos administrativos, de alguns técnicos superiores, mas das áreas mais técnicas e tecnológicas e de operários. ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) muito rapidamente, agradece o comentário do senhor Presidente e no essencial, nós não discordamos. O senhor. Presidente tem um plano para a Câmara Municipal. Preocupa duas coisas quais são relevantes, uma questão política sobre a visão do município e há a pouco já aludia a essa crítica na discussão que fizemos sobre o orçamento. No contexto do município em que nós estamos e num contexto até em que, à escala nacional, a grande dificuldade dos municípios tem sido precisamente a capacidade de atrair quadros para as Câmaras municipais, que felizmente acontece nalguns setores. Acontece em alguns setores, mas felizmente, de forma generalizada, não tenha acontecido no município de Vila Nova de Gaia. E, portanto, isso significa que temos capacidade para crescer e capacidade para sermos ambiciosos, acha que partilham os dois, independentemente das divergências sobre quais as opções concretas que a Câmara Municipal deve ter uma ambição reforçada e que é um grande concelho, tem de continuar a crescer e a consolidar-se. Eu, apesar de não ser funcionário público, a crítica que faz às pessoas que entraram no quadro técnico da Câmara Municipal e essa foi a crítica e a esse ponto o senhor Presidente fugiu. Achei que podia ter aproveitado a oportunidade e ter dito olha, se calhar excedi-me também da maneira como escrevi isso no Orçamento. Como o senhor Deputado Hugo Pereira também podia ter feito isso. Referir-me às pessoas como *"clientela obediente"* não é, de facto, uma forma positiva de o fazer e, portanto, essa é que é a divergência. Do ponto de vista institucional e acima de tudo, do ponto de vista do respeito para com os trabalhadores, não nos podemos referir a eles dessa maneira, a não ser que o senhor Presidente chegue aqui e nos apresente uma justificação fundada, fundamentada, de que, de facto, houve uma grande admissão de pessoas por critérios que não são os critérios de política de gestão da Câmara Municipal anterior e, portanto, não obedeciam aos objetivos. Eu percebo que possa discordar, mas a discordância é uma coisa. Outra coisa é serem clientelas obedientes. E é só esse o ponto, senhor presidente. Portanto, eu acho que nós estamos mais ou menos de acordo e podemos ter aqui uma discussão cordata, mas também temos de ser cordatos, mas não só é só entre nós, é também com as pessoas que todos os dias envergam a camisola da Câmara Municipal de Gaia. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, para acrescentar em relação ao que disse o senhor Deputado Municipal, tem o maior apreço por todos os funcionários da Câmara. E quando eu, o que eu escrevi e escrevo e reitero é que, e quando falo de abusos e de clientelas que pagas por dinheiros públicos, eu digo com toda a clareza, olhos nos olhos, com toda a franqueza, eu estou a falar do Sol Maior, dos "Soles menores", dos "olivais sociais". Não interessa se pagamos aqui na tesouraria da Câmara, ou se a pagamos através dos subsídios à IPSS. Se fossemos aqui somar às despesas com pessoal, esses 7500 funcionários que calculamos num conjunto de IPSS para um conjunto de funções que até deviam ser desenvolvidas por funcionários do município. Então chegaríamos não a 28% de despesa, mas para aí a 40% de despesa com funcionários municipais. Para a próxima vez tentarei ser mais exato ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) agradeço-lhe a frontalidade, deve dizer que a sua declaração o preocupou, porque o que o senhor Presidente se quer referir não é então ao quadro de pessoal, não é a política de gestão dos recursos humanos do município, mas é uma outra coisa que indicia

um outro debate que provavelmente teremos de ter aqui na Assembleia Municipal. O senhor Presidente, o que está a dizer daquilo que eu percebo é que o município anterior teve como opções políticas que acho legítimas, o reforço da capacidade das IPSS de prestar o serviço público aos cidadãos, nomeadamente não só, mas também, principalmente, foi esse o grande motor de crescimento ao GaiaAprende+. E o senhor Presidente refere-se à prestação de um serviço que abrangeu milhares de crianças do nosso concelho, que foi utilizado como modelo pioneiro no país e exemplo para muitos outros municípios. Que foi distinguido, que foi tornado exemplo do que deve ser boa aplicação de dinheiros públicos na prestação de serviço às crianças, neste caso, ao estabelecimento de atividades extracurriculares. Continua a não legitimar a forma como se referiu a essas pessoas que não são funcionários da Câmara Municipal. E leva a outra questão, o senhor Presidente entende que o município deve desapoiar as IPSS e que não deve despender recursos públicos no apoio às IPSS, como fazem praticamente todos os municípios no país. E isso leva a um duplo problema. É que, por um lado, temos de saber qual é o modelo de intervenção e se ele se mantém e, portanto, se os beneficiários últimos, que são as crianças, neste caso, ou nos outros projetos de intervenção social, que podem ser projetos de inovação social, etc. Se vão continuar a beneficiar do apoio da Câmara Municipal. E depois leva-nos a outra questão, que é a questão das próprias IPSS. O sr. Presidente entende, e é um modelo possível, mas temos é que o discutir com clareza. O sr. Presidente entende que as IPSS do concelho devem deixar de beneficiar de apoios da Câmara Municipal e, aliás, acho muito curioso que tenha escolhido apenas duas das IPSS que participam nos programas.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção o senhor Deputado, com a agilidade parlamentar que tem, deu o salto para a chamada deturpação da generalidade. Falou de duas IPSS, não falei das IPSS do concelho e também tentou, num determinado momento, subliminarmente, pôr em causa a minha sensibilidade social e nomeadamente em relação às crianças. O senhor Deputado sabe quem em Portugal introduziu os livros escolares gratuitos? Sabe quem em Portugal instituiu as AECs? As atividades extracurriculares? Foi este presidente da Câmara com o seu executivo. Aliás, em relação às IPSS, quem é que financiou a construção do Centro Social e Paroquial de Oliveira do Douro, quem é que construiu as creches da Afurada? As primeiras e as deu a uma IPSS para gerirem, isto é, de quem não tem respeito pelas IPSS´s. Agora que o Gaia aprende +, pode melhorar substancialmente, pode ser mais eficaz, pode ter mais qualidade, com recursos mais parcimoniosos, é a sua convicção. Agora, evidentemente sei que não o faz por mal, mas não tem o direito de colocar em causa a sua sensibilidade social, nem aquilo que é o seu pensamento sobre o papel das IPSS na sociedade portuguesa e em Gaia em particular.----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) disse que de facto começámos num tema e acabamos noutro. Repare, não pus em causa a sua sensibilidade social em momento algum. Aquilo que fiz foi perguntar se o modelo que tinha da organização para isto era diferente e fiz perguntas concretas sobre modelos, porque a responsabilidade também enquanto deputado da Assembleia Municipal, quando o senhor Presidente fala é perceber a informação que o senhor Presidente está a transmitir e perceber qual é a implicação política disso. Aquilo que perguntei e podemos deixar isto para outro debate. Não vale a pena estendermos este ponto, mas aquilo que eu lhe perguntei não foi se queria acabar com as IPSS ou se queria acabar com o programa, etc. Perguntei-lhe qual é o modelo? O modelo é deixar de financiar IPSS? O modelo é passar a ser serem funcionários da Câmara Municipal? Qual é a resposta que vamos dar? Agora, o senhor presidente, no meio disso, passou da discussão que estávamos a ter sobre o quadro de pessoal e sobre a forma como nos estamos a referir ao quadro de pessoal. Passámos para funcionários que afinal não são da Câmara Municipal e chegámos a um ponto que isso também me preocupa. E tenho de fazer essa leitura, que é a do sr. Presidente, dar exemplos concretos de duas IPSS que saberá certamente por que razão é que as deu. Se me está a dizer que quer um tratamento diferenciado de uma IPSS em relação a outras? Isso também é preocupante porque

significa que o Executivo tem uma visão que é sua e, portanto, arbitrária sobre a forma como se deve relacionar o Executivo da Câmara Municipal, com as IPSS do concelho e isso também é preocupante porque se há bocado o sr. Presidente dizia olhe, de certeza que na Câmara Municipal nós não vamos perseguir ninguém por cartão partidário. E se ao mesmo tempo diz isso, eu pergunto-me se as perseguições vão ou não vão existir. Assumiu que o senhor presidente estava a dizer que o modelo ia ser outro, que o modelo ia ser, não financiar as IPSS e financiar outra coisa. E, portanto, acho que podemos deixar essa discussão para a frente. Acho que todos queremos um país que funcione e sem abusos e, portanto, se se deparar, é a sua obrigação e aliás, tem sempre o meu apoio para reportar qualquer situação. Agora, realmente, como eu não assumi que fosse arbitrária essa decisão, acho que é importante nós focarmos acima de tudo, qual é o modelo que queremos em vez de estarmos a falar de IPSS's A, B, C ou D, perceber como é que nos vamos relacionar com elas----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes brevemente respondeu ao senhor Deputado diretamente à questão que coloca. Se o nosso modelo de política social é em parceria com IPSS, é, em muitas circunstâncias com IPSS. Se vamos discriminar IPSS, vamos, entre as sérias e a que apresentam contas certas e as que não são sérias e apresentam contas deturpadas, vamos fazer uma enorme discriminação.

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.31. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP) e 24 abstenções (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU).----------

3.32. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Procedimentos Concursais para provimento dos cargos de Direção Superior de 1º grau – Aprovação e Composição do Júri de Recrutamento".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.32. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

3.33. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 80,00 m2, sita na Avenida Ludgero Marques, Freguesia de Santa Marinha" ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.33. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) 01 voto contra do LIVRE e 22 abstenções do PS. ----------

3.34. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "E", Proc.º 7571/25 – Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Sónia Costa Andrade Vieira – Proposta de Indeferimento".----------

3.35. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "I", Proc.º 7640/25, Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Bergarimo - Sociedade Imobiliária, Lda. – Proposta de Indeferimento".----------

3.36. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "D", Proc.º 3442/23, Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Paulo Manuel Oliveira Nunes – Proposta de Indeferimento".----------

3.37. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "M" Proc.º 7078/25, Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Paulo Jorge Gama da Costa – Proposta de Indeferimento".----------

3.38. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Rua 28 de janeiro, nº 99, Proc.º 1688/24, Santa Marinha e São Pedro da Afurada, solicitado por Fábio Fernando Moreno Lucena – Proposta de Indeferimento". -------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.34. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.35. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.36. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.37. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.38. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

3.39. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Barrosa, Freguesia de Mafamude". ----------

3.40. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua Nova do Paniceiro, Freguesia de Canidelo". ----------

3.41. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua do Choupelo, Freguesia da Madalena".----------

Ponto 3.42. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Avenida Professor Orlando Ribeiro – Geógrafo (VL7), Freguesia de Canidelo". ----------

Ponto 3.43. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Travessa de Domingos de Matos, Freguesia de Santa Marinha".----------

Ponto 3.44. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua da Corga, Freguesia de Arcozelo". ----------

Ponto 3.45. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua da Carreira Funda, Freguesia de Serzedo". ----------

3.46. da Ordem de "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Travessa Nova dos Funcheiros e Caminho das Zambueiras, Freguesia de Canidelo". ----------

Ponto 3.47. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua da Montanha, Freguesia de Mafamude".----------

Ponto 3.48. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Lavandeira, Freguesia de Grijó".----------

Ponto 3.49. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às Posturas Municipais de Trânsito nas Freguesias de Mafamude e Oliveira do Douro". ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) disse, vir aqui a propósito da postura municipal, porque na última Assembleia eu expus aqui uma situação decorrente da intervenção da REFER, concretamente no túnel que dava acesso à travessa das montadas em Gulpilhares. Os problemas de trânsito que lhe sucederam, nomeadamente no cruzamento com a Avenida Gago Coutinho. Saúda a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e de todos os Vereadores, porque o problema está resolvido, com gosto que diz estarem praticamente concluídos a instalação de semáforos o que vai permitir um fluxo de trânsito mais ordenado e com menos perigos. Do ponto de vista político, é a capacidade de responder a estas situações, que dá credibilidade à política e aos políticos e faz as pessoas acreditarem na democracia, e este executivo, com este pequeno pormenor, veio dar um exemplo e um contributo para a credibilização do poder político autárquico. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.39. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.40. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 35 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 22 abstenções do PS. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.41. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.42. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.43. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.44. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.45. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.46. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.47. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.48. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.49. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

Declaração de Voto do Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) sobre este conjunto de posturas que decidimos agora, já o fizemos noutras sessões, mas para benefício de todos e para a clareza, até para as pessoas que nos acompanham lá em casa e o público não é obrigado a saber isto obviamente. O PS assumiu um compromisso, assumiu um critério de aprovação de todas as posturas municipais, a não ser aquelas que não tinham um parecer da Junta de Freguesia respetiva. Portanto, nós pedimos ao Executivo que peça os pareceres a todas sobre todas as posturas nestes casos, há posturas que nós não temos nenhuma razão objetiva, nem a favor nem contra. Simplesmente entendemos que este deve ser o princípio e, portanto, que não tinham parecer, ou não foi pedido, ou não foi recebido, seja pelo que for, seja o que for. Independentemente disso, quer dizer, o critério é o mesmo e, portanto, para estas obtivemos apenas por isso. Também já tivemos aí um compromisso de que isso será feito para a frente. Portanto, quando isso acontecer, votaremos favoravelmente. É só para esclarecer isso, porque nos parece que é o critério que faz mais sentido, que é, de facto, haver a missão obrigatória do parecer da Junta de Freguesia para a alteração das posturas. ----------

Declaração de Voto do Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (Livre), Não, é apenas para dizer que o Livre adota o mesmo critério que o PS quanto as posturas municipais de trânsito. Isto é, acreditam que o parecer da Junta de Freguesia sobre determinada postura municipal é relevante para o próprio exercício dessa mesma postura. E, portanto, adotamos esse mesmo critério. Contudo, o executivo, se não me falha a memória, na última assembleia ou então na penúltima, disse que também iria adotar essa estratégia e portanto, eu creio que dentro de duas ou três assembleias municipais isto serão votações unânimes. Dá uma nota adicional sobre estas posturas municipais de trânsito. Muitas delas falam sobre limitações de trânsito a 30 quilómetros por hora, por exemplo, que é algo que é fundamental para aumentarmos a nossa segurança. Muitas vezes falamos de segurança, mas às vezes estamos em insegurança nas nossas ruas e tipicamente essa insegurança é por causa da faixa rodoviária, por isso mesmo, a redução dos limites de velocidade de uma forma generalizada. Também não somos fundamentalistas, não dizemos que é em todas as ruas, mas de uma forma generalizada, a redução do limite de velocidade é algo fundamental para aumentar a própria segurança e também exortamos aqui o executivo a que coloque mais barreiras físicas para garantir mesmo a redução da velocidade rodoviária. O caso, por exemplo, passadeiras elevadas e afins, acreditamos, são instrumentos que vão, já que falamos tantas vezes de segurança, poucas vezes falámos de segurança rodoviária. ----------

Ponto 3.50. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato-Programa 2026 e Instrumentos de Gestão Previsional Económica e Financeira para o exercício de 2026, a celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e as Águas de Gaia EM, SA., no valor de € 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil euros)". ----------

Foi o Ponto 3.50. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato-Programa 2026 e Instrumentos de Gestão Previsional Económica e Financeira para o exercício de 2026, a celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e as Águas de Gaia EM, SA., no valor de € 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil euros)", Retirado da Ordem de Trabalhos. ----------

Ponto 3.51. da Ordem de Trabalhos "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município". ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, disse que atendendo à circunstância especial deste debate, que foi muito centrado em questões que seriam essenciais nesse ponto da ordem de trabalhos, pedia a todos a compreensão, que considerassem que na intervenção que foi feita sobre o Plano e Orçamento que já continha o essencial do que iria eventualmente referir e/ou está referido até numa primeira informação que veio à Assembleia e que na próxima Assembleia, a Câmara voltará a apresentar aquilo que obrigatoriamente tem que apresentar, que é um pequeno relatório de atividades e de informação financeira. ----------

Foi Apreciada a "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município", referente ao ponto 3.51. da Ordem de Trabalhos. ----------

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, só fazer aqui um esclarecimento que de resto, foi um ponto feito na reunião preparatória desta Assembleia Municipal, onde esta sessão, que é algo que justamente como orçamento teremos uma nova reunião e da próxima vez, razão pela qual prolongamos em sessões até aqui porque, no fundo, o orçamento ainda diz respeito a 2025. E, portanto, termina se esse ciclo. ----------

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, leu e deu como aprovada a Minuta de Ata, conforme documento em anexo **(vide anexo 6)** ----------

Não havendo mais a tratar, o presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos, pelas **00 horas e 10 minutos**, do dia **17 de janeiro de 2026**, sendo lavrada a presente ata, e que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo, Primeira Secretário da Mesa, e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. --

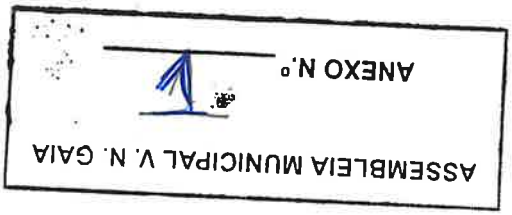
O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, Dr.)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Paulo Artur Santos Castro Campos Rangel, Dr.)

GRUPO
MUNICIPAL
VILA NOVA DE GAIA
CHEGA



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Gaienses,

Discutimos hoje o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026, apresentados pela coligação PSD, CDS e Iniciativa Liberal. A nossa análise é, como sempre, serena, responsável e livre de preconceitos ideológicos.

É inegável que este orçamento contém sinais positivos: uma orientação que se afasta do crescimento descontrolado da despesa corrente e da tendência para o aumento sistemático da carga fiscal. Isso merece ser reconhecido. O CHEGA sempre defendeu que um município forte não é o que gasta mais, mas o que gasta melhor. Contudo, reconhecer aspetos positivos não significa ignorar fragilidades. E é precisamente por existirem fragilidades relevantes que não podemos deixar de expressar reservas.

Senhoras e Senhores Deputados,
A aposta no investimento é, sem dúvida, um elemento central deste orçamento. Habitação, equipamentos públicos, escolas, saúde, mobilidade e desporto são áreas essenciais para a qualidade de vida dos gaienses. Mas falta a este documento aquilo que

consideramos indispensável: maior clareza na calendarização, maior detalhe na execução prevista e garantias mais sólidas de que os investimentos anunciados não ficarão apenas no papel.

O investimento só cumpre o seu papel quando é acompanhado de rigor, transparência e monitorização permanente. E, apesar das intenções expressas, este orçamento não apresenta mecanismos suficientemente robustos para assegurar esse acompanhamento. Falta detalhe, falta previsibilidade e falta compromisso mensurável. Outro ponto que merece reflexão é a insuficiente redução da despesa corrente. Embora exista um esforço, ele é tímido e não traduz uma estratégia consistente para inverter uma tendência estrutural que limita a capacidade futura de investimento. O município precisa de uma trajetória mais firme e mais ambiciosa neste domínio.

Também a estabilidade fiscal, apesar de positiva, não vem acompanhada de um plano claro para, no futuro, aliviar ainda mais a carga fiscal sobre as famílias e empresas de Gaia. Sem metas, sem prazos e sem indicadores, esta intenção fica demasiado vaga.

Senhor Presidente,
O CHEGA reconhece os sinais positivos presentes neste orçamento, mas entende que eles não são suficientes para afastar todas as preocupações. Seria irresponsável ignorar avanços, mas seria igualmente irresponsável ignorar insuficiências.
Por isso, assumimos uma postura responsável, equilibrada e exigente. Continuaremos a acompanhar de perto a execução, a fiscalizar cada compromisso e a exigir rigor, eficiência e respeito absoluto pelo dinheiro dos contribuintes.
Governar bem não é apenas escrever bons documentos — é cumpri-los com seriedade, transparência e resultados concretos para os gaienses. Muito obrigado.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 2

INTERVENÇÃO SOBRE O ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2026

Ponto 3.30 da Ordem de Trabalhos: Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento e Opções do Plano para o ano 2026.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e restantes membros da mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia

Exmas. e Exmos. Vereadores

Exmas. e Exmos. Deputados Municipais

Estimado Público e Imprensa

Digníssimos Funcionários Municipais e forças de segurança

Estamos aqui reunidos, entre outros assuntos, para apreciar, discutir e votar o Orçamento e Opções do Plano para o Ano de 2026.

Um orçamento é uma ferramenta de gestão, um manifesto de intenções, daí que a apreciação política, na minha opinião, se deva centrar nas opções de despesa e de investimento que o executivo se propõe seguir.

Qual a importância e quais as prioridades, sabendo de antemão que os recursos são sempre escassos.

Por isso, costumo dizer que a gestão de um município é sempre a gestão das prioridades, pois nunca temos os recursos para fazer tudo que gostaríamos.

Gostaria de salientar que este é o 1.º Orçamento deste ciclo autárquico de 4 anos pelo que nunca conseguirá prever e cabimentar tudo o que se quer fazer nesses mesmos 4 anos.

Este orçamento e opções do plano é o nosso, do PSD, do CDS e da IL, e é com muito gosto que nele vejo plasmado o Programa Eleitoral desta coligação.

É representativo e expressa as preocupações e as opções evidenciadas nesse programa, que foi o escolhido e mais votado pelos Gaienses.

Ainda de realçar que este executivo tem pouco mais de 2 meses de trabalho, começando de novo, e com apenas 5 Vereadores para estudarem os dossiers para se inteirarem das realidades, reorganizarem os serviços e traçarem um plano estratégico para o futuro.

Face ao exposto, e fazendo apenas uma minúscula ideia do que se passa na Câmara e das surpresas diárias e constantes com que estes 5 Vereadores se devem a estar a deparar no seu dia-a-dia, nos últimos 2 meses e nos próximos, leva-me de imediato a ter uma postura solidária com todos eles, e só me resta desejar-lhes toda a sorte do mundo, pois o seu sucesso será o sucesso de todos nós.

Antes de falarmos do futuro, permitam-me apenas tecer algumas considerações sobre o passado e o presente.

De facto, após algumas décadas de marasmo, o Concelho de Gaia, entre 1997 e 2013, teve um período onde deu passos de gigante rumo ao desenvolvimento, à modernidade, à melhoria da imagem de V. N. de Gaia, e acima de tudo à melhoria da qualidade de vida dos Gaienses.

Neste período destaco os investimentos efetuados no:

- Saneamento;
- Habitação;
- Vias Estruturantes e Restante Rede Viária;
- Equipamentos Desportivos e Culturais;
- A recuperação da frente de rio;
- A recuperação da frente de mar.

Em suma, em 1997 tínhamos um concelho subdesenvolvido e em 2013 já usufruímos de um concelho ao nível do melhor que existe.

Entre 2013 e 2025, voltamos ao marasmo, mas desta vez, com recursos disponíveis para se ter feito muito melhor.

Gastaram-se quase 3.000 milhões de euros sem que o Concelho ganhasse qualquer obra de destaque, que tivesse impacto na melhoria da qualidade de vida dos Gaienses.

Espero que este período de opções questionáveis e de esbanjamento dos recursos públicos tenha terminado.

Desejo que os recursos, que são pagos por nós, em impostos, taxas ou licenças, mereça muito melhor destino, do que aquele que tiveram nos últimos 12 anos.

Apenas, e a título de exemplo, nesses 12 anos, **o executivo socialista apenas investiu em habitação 15 milhões de euros dos 3.000 milhões que gastou, ou seja, apenas investiu em habitação 0,5% dos recursos disponíveis**.

Tudo isto quando o nosso Concelho, à semelhança do país, atravessava uma das maiores crises de sempre na habitação.

Como os números não mentem, por muita propaganda que façam, e que repitam milhões de vezes que se preocupam com os pobres e com os mais necessitados, quando chamados ao poder, os socialistas colocam a habitação no fundo da sua lista de prioridades, dedicando-lhe apenas 0,5% de investimento, no período em que aceder à habitação se tornava cada vez mais difícil.

Tudo isto quando se esbanjava dinheiro em muita despesa parasitária, não reprodutiva e sem qualquer mais-valia para a esmagadora maioria da população de Vila Nova de Gaia.

Pior, perdemos, por incúria, apoios estatais e comunitários.

Mais de 100 milhões de euros para a construção de habitação para os jovens de classe média e cerca de 40 milhões de euros para a reabilitação do parque escolar.

A herança que nos deixaram foram 380 milhões de euros de compromissos assumidos para 2026, deixando assim pouca ou nenhuma margem de manobra para quem os sucedeu, mas acima de tudo, prejudicando os Gaienses com mais um ano de atraso programado.

Falando agora do Futuro,

Da pequena amostra daquilo que sei que este executivo pode e vai fazer, fico muito satisfeito por ver plasmado neste orçamento as seguintes prioridades na gestão do nosso concelho.

1) **Investimento na aquisição de bens de capital** - 121,7 milhões de euros que representa a maior fatia do orçamento, 37,02% do total.
   É aqui que se encontra plasmada a prioridade dada a habitação, em que a aposta tem de ser forte pois vamos com 12 anos de atraso;

2) **O investimento na educação** – onde a recuperação do parque escolar é urgente e prioritária, depois de 12 anos de degradação do mesmo, que culminaram com a perda, por incúria e incompetência, de 40 milhões de euros em fundos comunitários/estatais para a reabilitação desse parque escolar;
3) **Na saúde** – onde é urgente fazer o que se pode para proporcionar o melhor serviço de saúde à população, terminando as obras nos centros de saúde e entregando-os à população, em vez de se anunciarem as mesmas obras repetidamente que nunca se concluíram;
4) **Na segurança** – onde espero que se resolva de uma vez por todas as miseráveis condições de trabalho e de atendimento nos postos da GNR do concelho, tal

como acontece em Arcozelo, há décadas, e mais 12 anos se passaram sem que nada acontecesse;

5) **Na mobilidade urbana**, nos transportes públicos, na recuperação e construção de novos arruamentos e vias estruturantes, que nos livrem do caos que voltou a ser circular em Gaia.
6) **Na economia e no turismo** – voltando a apostar na captação de investimento;
7) **Na digitalização dos serviços** – desburocratizando e aumentando a qualidade do atendimento;
8) **E na honestidade e transparência de processos**,

Ou seja, tudo o que não tivemos nos 12 anos.

Precisamos de recuperar a marca Gaia, o bom nome do nosso Concelho, e tudo isto começa neste orçamento e nestas grandes Opções do Plano para 2026, que terão seguimento até 2029.

Estou certo de que este orçamento e estas opções do plano trarão mais um ciclo de desenvolvimento para todos nós, ciclo este que durará o tempo que os Gaienses quiserem.

Vila Nova de Gaia, 16 de janeiro de 2026

O Deputado Municipal e Líder do Grupo Municipal do CDS-PP

na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Luís Miguel Nogueira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 3

Assembleia Municipal

3.30 - Plano de Actividades e Orçamento para 2026

Ponto

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia,

A mudança da conjuntura que se operou nas eleições de 12 de Outubro, com o fim da maioria absoluta de um só partido e uma vitória estreita da coligação PSD, CDS Iniciativa Liberal permitiu a alguns alimentar expectativas sobre a ocorrência de diferenças face ao passado.

Contudo, o que temos assistido é quase uma cópia invertida do que se passou há doze anos. Onde havia um discurso, há agora o seu contrário, mas a prática política permanece a mesma: uma narrativa de um passado idealizado, um presente herdado 'em ruínas' e um futuro comprometido. Enquanto a nova maioria e a anterior se entretêm em acusações mútuas, os problemas estruturais de Gaia continuam à espera. A CDU não entra neste jogo. Para nós, o que deve estar no centro do debate são os problemas reais dos Gaienses e do Concelho.

Da leitura deste documento ficam alguns aspectos que entendemos relevantes:

- Anunciam-se novidades, mas apontando a sua concretização para um futuro indefinido e deixando para o ano em curso apenas o trivial e corrente;
- O Orçamento continua fortemente dependente do Imposto Municipal de Transacções, que representa praticamente metade da receita fiscal prevista;
- Continua também, sobretudo, dependente de se estar a atingir o "pico" da aplicação das verbas do PRR, e ainda assim de forma excessivamente casuística; Esse pico do PRR inclusivamente incorre numa dimensão complexa e perigosa: mascara o investimento e, mais do que isso, disfarça a desresponsabilização do Estado Central que, quando a torneira do PRR terminar, vai (ainda mais) falhar na sua responsabilidade de garantir os investimentos necessários à escala local;
- Anunciam-se, como habitualmente, obras nas escolas, que são sempre e efectivamente urgentes mas depois têm sempre e concretamente sido adiadas - as urgentes e muito urgentes, que esperamos que sejam, desta vez, realidade, também surgem porque as comunidades educativas foram muito vocais, e a CDU também já aqui as trouxe;

- No que respeita aos Transportes e em particular ao flagelo dos autocarros que marcou a campanha eleitoral remete-se a questão para a Autoridade Metropolitana e fica-se por aí: não é apontada uma qualquer solução possível. Os sinais apontam para um regresso ao passado, e não para o avançar de uma solução de longo prazo, à escala metropolitana, considerando o potencial da STCP, empresa de que o município é o 2º maior acionista;
- Anuncia-se o avanço de vias estruturantes, como aliás já se esperava, mas sem compromisso de prazos;
- Anuncia-se uma "colaboração" para criar um Parque de Estacionamento em Vila d'Este, junto ao Metro, quando esta construção deveria ser da responsabilidade da empresa, que na Linha Amarela não criou nenhum de raiz;
- Assegura-se que o programa "ViverGaia+65" está a ser reavaliado, enquanto se criam objectivamente dificuldades imediatas e reais para milhares de beneficiários, muitos deles dependentes deste apoio. A forma como a decisão foi tomada – de forma repentina e sem informação prévia clara – gerou, como seria de prever, inquietação legítima na população, que contava com este apoio na organização do futuro próximo;
- Anuncia-se novamente uma "política de eventos", em detrimento de uma política cultural e de defesa do património gaiense;
- Utilizam-se eufemismos como "parcerias estratégicas", "externalização de custos" ou "otimização de serviços", o que nos parece avançar por caminhos de privatização de áreas e funções estratégicas, nomeadamente nas Águas; a resolução de problemas existentes na Empresa Municipal será bem-vinda, contudo, tendo como inegociável que um serviço público tem de ser cumprido por uma empresa pública, o caminho que deve ser feito é o do investimento necessário;
- Anuncia-se "habitação social" e "a custos controlados", mas deslocando-a para longe da Cidade, uma prática cujos efeitos perniciosos são evidentes;
- Pretende-se continuar o esforço na manutenção e reabilitação ou construção integral de vários centros de saúde, investimento integralmente suportado pelo município no caso do Centro de Saúde dos Carvalhos; mas continua-se a não prever a reabertura dos SASU dos Carvalhos e de Soares dos Reis, que garantiam

cuidados de saúde básicos em horário pós-laboral e fins-de-semana, essenciais para muitas populações;

- Pretende-se avaliar o programa "Gaia Aprende +" e estudar a sua melhor coordenação com o projeto das atividades extracurriculares, valorizando as tecnologias do futuro, assim como o fomento da criatividade. Sublinha-se a importância da criação de novos programas de cooperação entre a escola e as instituições desportivas e culturais do concelho, mas importa direcioná-lo para o papel que deve assumir: um verdadeiro programa de ocupação de tempos livres, em coordenação com o movimento associativo popular, que retire as crianças da sala de aula e procure formas de educação e enriquecimento não formal, pugnando pelo fim das AECs;
- Mantêm-se as transferências financeiras para as Freguesias, mas não é explicado se vai manter-se o actual modelo, naturalmente inadequado agora que foram finalmente repostas as Freguesias extintas em 2012;
- Registamos positivamente a afirmação da pretensão de favorecer os trabalhadores no quadro da edificação de novas instalações das Águas de Gaia. Mas preocupa-nos a ausência de referências ao restante universo municipal, particularmente o sector operário, que além dos baixos salários - seja com PS ou com PSD - são confrontados com situações inaceitáveis como a que se verifica nas escolas, em que os trabalhadores são obrigados a prestar serviço a entidades externas que utilizam aqueles espaços.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia,

O que este Orçamento e, sobretudo, a geometria das votações que o sustenta revelam, é uma profunda continuidade económica nas opções de fundo.

A nova maioria queixa-se da 'herança recebida'; do outro lado, o PS abstém-se, garantindo a viabilização de um orçamento que, no essencial, não reverte as suas próprias opções e os seus

próprios erros. E, para fechar este arco de governação, o Chega vota a favor, confirmando-se como a muleta de um modelo que serve os mesmos interesses de sempre.

Para lá da discussão dos *posts* de Facebook, a verdadeira oposição e o verdadeiro debate estão aqui, nesta Assembleia, onde se decidem os problemas da vida das pessoas. É sobre a discussão disso que contam connosco.

Interviemos durante doze anos de um ciclo autárquico em que, perante cada problema por resolver, nos diziam que a culpa era do "legado de Luís Filipe Menezes". Não aceitamos essa justificação na altura — interviemos, reivindicamos e lutamos.

Agora, quando tudo aponta para que, nos próximos anos, cada atraso e cada falha sejam justificados com os "doze anos de Eduardo Vítor Rodrigues", a CDU fará exatamente a mesma coisa: **intervir, reivindicar e lutar por soluções concretas.**

Um e outro lado da barricada terá a sua parcela de razão nas acusações que trocam. Mas a razão que nos interessa, e sobretudo a única razão que interessa aos Gaienses, é que os eleitos não foram aqui colocados para gerir querelas de heranças ou afirmar legados pessoais. Foram eleitos para melhorar a vida de quem cá vive e de quem cá trabalha.

É aí que estamos empenhados. É aí que sempre estivemos: no terreno, com os trabalhadores e as populações, a exigir que a água seja pública, que a habitação seja um direito e não um negócio, e que Gaia seja um Conselho de quem nele vive, não apenas de quem dele lucra.

Pela nossa parte, cá estaremos — sem ilusões, mas com a determinação de quem sabe que a única herança que importa é o futuro dos Gaienses.

2026.01.16

Pel'A CDU,

Beatriz Castro Pinto

(Beatriz Castro Pinto)

GRUPO
MUNICIPAL
VILA NOVA DE GAIA
CHEGA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Gaienses,

Quero usar este período antes da ordem do dia para abordar três temas distintos, ligados por um eixo comum: segurança, proteção das populações e responsabilidade do poder público perante funções essenciais do Estado e do território.

Começo pela Guarda Nacional Republicana.
Em Vila Nova de Gaia continuamos a ter infraestruturas da GNR em estado profundamente degradado, indigno dos profissionais que ali trabalham e das populações que servem. O exemplo de Arcozelo é paradigmático: há mais de 50 anos que se fala na construção de um novo quartel. Meio século de promessas, estudos e intenções — e zero soluções estruturais.
Em Canelas, a situação não é melhor. Chove literalmente dentro das instalações. Sabemos que há obras a decorrer, e saudamos esse passo, mas sejamos claros: intervenções paliativas não resolvem problemas estruturais. Estas situações só ficarão verdadeiramente resolvidas com novas infraestruturas modernas, funcionais e adequadas às exigências atuais da

missão da GNR.
O CHEGA entende que a segurança não pode continuar a funcionar em regime de remendos. Apelamos para que o Município, dentro das suas competências e capacidade de influência institucional, desenvolva todos os esforços possíveis junto do Governo para acelerar a construção de novos quartéis da GNR em Gaia. É uma questão de respeito institucional e de segurança pública.

Em segundo lugar, quero falar das diversas corporações de bombeiros de Vila Nova de Gaia.
Todas desempenham um papel absolutamente essencial na proteção de pessoas e bens, muitas vezes em contextos cada vez mais exigentes e complexos. Incêndios, acidentes rodoviários, emergências médicas, salvamentos marítimos e apoio à proteção civil colocam uma pressão enorme sobre estas corporações.
O reconhecimento público do seu trabalho é importante, mas não pode ficar apenas pelas palavras. É fundamental garantir reforço de verbas, melhores condições logísticas, equipamentos adequados e apoio contínuo para que possam cumprir a sua missão com eficácia e segurança.
O CHEGA defende que o Município deve continuar — e sempre que possível reforçar — o apoio financeiro e operacional às corporações de bombeiros de Gaia. Apoiar os bombeiros não é despesa: é investimento direto na segurança e na vida humana.

Por fim, Senhor Presidente, quero abordar um tema estrutural e de visão territorial: o Portinho da Aguda.
Deixo um desafio direto, mas construtivo: olhar para a Aguda com a mesma ambição estratégica que foi dedicada à Afurada.
A Afurada beneficiou de visão, planeamento e intervenção estruturada. A Aguda merece exatamente o mesmo. O CHEGA propõe a criação de uma equipa de trabalho dedicada, envolvendo o Município, entidades marítimas, pescadores, bombeiros e especialistas, com um objetivo claro: avaliar e avançar para a

construção de um pequeno porto de pesca na Aguda.
E porquê?

Primeiro: segurança dos pescadores. Hoje, sair e entrar no mar na Aguda continua a representar um risco elevado. Quem vive da pesca não pode continuar a trabalhar sem condições mínimas de segurança.

Segundo: apoio às corporações de bombeiros. Um pequeno porto permitiria melhores condições para o auxílio marítimo, reforçando a capacidade de resposta em situações de emergência no mar.

Terceiro: dinamização da economia local. A pesca é identidade, tradição e atividade económica. Criar condições dignas para esta profissão é fomentar desenvolvimento local e fixar comunidades.

Quarto: o problema do assoreamento e da erosão costeira. O excesso de assoreamento na Aguda contribui para a erosão acelerada da praia, com impactos sérios para a freguesia de São Félix da Marinha. Ignorar este problema hoje é empurrar um custo muito maior para o futuro.

Senhor Presidente,

O CHEGA acredita que Gaia precisa de menos adiamentos e mais decisões estruturais. Segurança, bombeiros e território não são temas ideológicos — são responsabilidades fundamentais do poder público.
Esperamos que estas preocupações sejam consideradas e que o Município esteja disponível para liderar, articular e agir em nome dos gaienses.
Muito obrigado.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 5

LIVRE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Reunião da Assembleia Municipal, 16-01-2026

Ponto 3.30 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento e Opções do Plano para o ano 2026.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são muito mais do que meros instrumentos contabilísticos ou financeiros: traduzem a matriz política, ideológica e estrutural do executivo para o ano em que vigora. Nele constam os principais eixos de actuação do executivo, as suas prioridades e as actividades que fundamentam a sua acção.

O LIVRE considera que o orçamento apresentado pelo executivo é limitado e de curto prazo, não vislumbrando uma mudança estrutural ou visão de longo prazo para o município. A aposta na requalificação de algumas estruturas, bem como a construção de algum edificado, é de salutar, mas manifestamente insuficiente como projecto político para um município como Vila Nova de Gaia em 2026. Além disso, o término de alguns programas sociais, como o caso da comparticipação do passe para cidadãos com mais de 65 anos, de forma abrupta e sem qualquer mecanismo transitório para os mais necessitados, não configura também uma visão de cidade inclusiva e justa.

O LIVRE apresentou-se para a discussão deste orçamento com uma postura propositiva, responsável e séria. Em sede de direito de oposição, foram apresentadas mais de 20 propostas concretas que visavam responder a problemas na habitação, mobilidade, economia, ecologia e transparência. Conscientes do estado razoável das contas do município, que não sendo calamitoso, também não era de abundância, um terço das medidas apresentadas não exigia cabimentação orçamental, estando alicerçadas em recursos existentes ou requerendo apenas mudanças organizacionais. Mesmo as principais

propostas do LIVRE que careciam de cabimentação orçamental, somadas, não representavam mais que 1% do orçamento.

Foi com surpresa que constatámos que o orçamento municipal para 2026 não incluía nenhuma das nossas propostas, mesmo aquelas que não representavam qualquer custo, para além da vontade política para as implementar. Acreditamos que, subjacente a esta decisão, está uma forma de fazer política de portas fechadas, não querendo adicionar soluções, por mais meritórias que sejam, por mera vontade política.

Neste sentido, e considerando também a análise política e económica que fazemos, não é possível outro sentido de voto que a reprovação deste orçamento.

Contudo, isto não nos detém. O LIVRE nunca cessará de fazer propostas que melhoram a vida dos gaienses, nem tampouco esperará pelo orçamento do próximo ano para as fazer. Em prol de um concelho mais justo, fraterno, igual, humano e feliz, o LIVRE estará sempre disponível para encontrar as melhores soluções.

O deputado municipal,
Hélder Verdade Fontes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

LIVRE

DECLARAÇÃO DE VOTO

Reunião da Assembleia Municipal, 16-01-2026

Ponto 3.33 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 80,00 m2, sita na Avenida Ludgero Marques, Freguesia de Santa Marinha.

O terreno referido e sujeito à desafectação advém de uma aquisição em 2007 para construção do troço entre os bombeiros de Coimbrões e os novos arruamentos aí feitos, bem como ligação à VL8, ficando, desde então, como elemento necessário e estrutural. Segundo os próprios técnicos da Câmara, este terreno mantém o seu propósito de assegurar a estabilização do talude que sustenta o passeio. É, por isso, um terreno importante, pois cumpre uma função estrutural e de segurança. Contudo, como também é referido por outro técnico, um novo elemento estrutural poderá ser colocado, permitindo libertar o terreno para outras funções.

Neste sentido, o LIVRE entende como negativa a venda deste terreno a um particular para que este possa agregar ao seu próprio terreno, já que ele cumpre, de momento, uma função importante. Além disso, o executivo ficaria com a responsabilidade de construir ou encontrar um novo suporte estrutural para a estabilização do talude, onerando o município num valor não indicado na proposta apresentada, o que não permite concluir sobre a viabilidade integral do negócio.

O LIVRE crê que este terreno poderia servir um propósito social, através, por exemplo, de uma horta comunitária ou outro equipamento de usufruto geral, tão necessário

na nossa cidade. Assim, o LIVRE vota contra esta desafectação, por não estar demonstrada a utilidade da venda deste terreno.

O deputado municipal,
Hélder Verdade Fontes

VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 7

MINUTA DE ATA Nº 06

Reunião Ordinária de 16.01.2026

Ao décimo sexto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------

   a) **Foi o Ponto 3.29. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Ata nº 02 de 21 de novembro de 2025", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

   b) **Foi o Ponto 3.30. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento e Opções do Plano para o ano 2026", **Aprovado por Maioria**, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL, 03 do CDS-PP) 02 votos contra (01 do LIVRE e 01 da CDU) e 26 abstenções (22 do PS e 04 do CH). ----------

   c) **Foi o Ponto 3.31. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Mapa de Pessoal para o ano 2026", **Aprovado por Maioria**, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP) e 24 abstenções (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

   d) **Foi o Ponto 3.32. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Procedimentos Concursais para provimento dos cargos de Direção Superior de 1º grau – Aprovação e Composição do Júri de Recrutamento", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS 01 do LIVRE). ----------

   e) **Foi o Ponto 3.33. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 80,00 m2, sita na Avenida Ludgero Marques, Freguesia de Santa Marinha", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) 01 voto contra do LIVRE e 22 abstenções do PS. ----------

   f) **Foi o Ponto 3.34. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "E", Proc.º 7571/25 – Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Sónia Costa Andrade Vieira – Proposta de Indeferimento",

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA DE ATA Nº 06

Reunião Ordinária de 16.01.2026

Ao décimo sexto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------

   a) **Foi o Ponto 3.29. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Ata nº 02 de 21 de novembro de 2025", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

   b) **Foi o Ponto 3.30. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Orçamento e Opções do Plano para o ano 2026", **Aprovado por Maioria**, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL, 03 do CDS-PP) 02 votos contra (01 do LIVRE e 01 da CDU) e 26 abstenções (22 do PS e 04 do CH). ----------

   c) **Foi o Ponto 3.31. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Mapa de Pessoal para o ano 2026", **Aprovado por Maioria**, com 33 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP) e 24 abstenções (22 do PS, 01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

   d) **Foi o Ponto 3.32. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto aos Procedimentos Concursais para provimento dos cargos de Direção Superior de 1º grau – Aprovação e Composição do Júri de Recrutamento", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS 01 do LIVRE). ----------

   e) **Foi o Ponto 3.33. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 80,00 m2, sita na Avenida Ludgero Marques, Freguesia de Santa Marinha", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) 01 voto contra do LIVRE e 22 abstenções do PS. ----------

   f) **Foi o Ponto 3.34. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "E", Proc.º 7571/25 – Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Sónia Costa Andrade Vieira – Proposta de Indeferimento",

Aprovado por Maioria, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

g) **Foi o Ponto 3.35. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "I", Proc.º 7640/25, Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Bergarimo - Sociedade Imobiliária, Lda. – Proposta de Indeferimento", **Aprovado por Maioria**, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

h) **Foi o Ponto 3.36. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "D", Proc.º 3442/23, Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Paulo Manuel Oliveira Nunes – Proposta de Indeferimento", **Aprovado por Maioria**, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

i) **Foi o Ponto 3.37. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Avenida Sacadura Cabral, nº 3440 – Fração "M" Proc.º 7078/25, Freguesia de São Félix da Marinha, solicitado por Paulo Jorge Gama da Costa – Proposta de Indeferimento", **Aprovado por Maioria**, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

j) **Foi o Ponto 3.38. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Pedido de Renovação de Isenção de IMI, do prédio sito na Rua 28 de janeiro, nº 99, Proc.º 1688/24, Santa Marinha e São Pedro da Afurada, solicitado por Fábio Fernando Moreno Lucena – Proposta de Indeferimento, **Aprovado por Maioria**, com 54 votos a favor (23 do PSD e 22 do PS, 04 do CH, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 03 votos contra da IL. ----------

k) **Foi o Ponto 3.39. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Barrosa, Freguesia de Mafamude", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

l) **Foi o Ponto 3.40. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua Nova do Paniceiro, Freguesia de Canidelo", **Aprovado por Maioria**, com 35 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 22 abstenções do PS. ----------

m) **Foi o Ponto 3.41. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua do Choupelo, Freguesia da Madalena", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

n) **Foi o Ponto 3.42. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Avenida Professor Orlando Ribeiro – Geógrafo (VL7), Freguesia de Canidelo", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

o) **Foi o Ponto 3.43. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Travessa de Domingos de Matos, Freguesia de Santa Marinha", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

p) **Foi o Ponto 3.44. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua da Corga, Freguesia de Arcozelo", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

q) **Foi o Ponto 3.45. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua da Carreira Funda, Freguesia de Serzedo", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

r) **Foi o Ponto 3.46. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Travessa Nova dos Funcheiros e Caminho das Zambueiras, Freguesia de Canidelo", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

s) **Foi o Ponto 3.47. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Rua da Montanha, Freguesia de Mafamude", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

t) **Foi o Ponto 3.48. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Postura Municipal de Trânsito na Travessa da Lavandeira, Freguesia de Grijó", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

u) **Foi o Ponto 3.49. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às Posturas Municipais de Trânsito nas Freguesias de Mafamude e Oliveira do Douro", **Aprovado por Maioria**, com 34 votos a favor (23 do PSD, 04 do CH, 03 da IL, 03 do CDS-PP e 01 da CDU) e 23 abstenções (22 do PS e 01 do LIVRE). ----------

v) **Foi o Ponto 3.50. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato-Programa 2026 e Instrumentos de Gestão Previsional Económica e Financeira para o exercício de 2026, a celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e as Águas de Gaia EM, SA., no valor de € 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil euros)", **Retirado da Ordem de Trabalhos** por solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

w) **Foi Apreciada a** "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município", referente ao **ponto 3.51. da Ordem de Trabalhos**.

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 10 minutos do dia 17 de janeiro de 2026, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pelo Senhor Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO

(Paulo Alexandre Azevedo Pereira Santos, Dr.)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Paulo Artur Santos Castro Campos Rangel, Dr.)